

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	7
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	8
Demonstração do Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	15
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	16
Demonstração do Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	101
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	103

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.576.432
Preferenciais	4.607.026
Total	9.183.458
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	578.620	652.910
1.01	Ativo Circulante	36.770	40.612
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.042	8.895
1.01.03	Contas a Receber	4.204	3.722
1.01.03.01	Clientes	4.204	3.722
1.01.04	Estoques	741	2.673
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.311	8.291
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.311	8.291
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	18.472	17.031
1.01.08.03	Outros	18.472	17.031
1.02	Ativo Não Circulante	541.850	612.298
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.736	4.604
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	138	128
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	138	128
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.598	4.476
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	4.598	4.476
1.02.02	Investimentos	521.066	592.181
1.02.02.01	Participações Societárias	521.066	592.181
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	124.926	121.851
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	337.385	413.221
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	56.998	55.353
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.757	1.756
1.02.03	Imobilizado	16.048	15.513
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	14.682	15.513
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.366	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	578.620	652.910
2.01	Passivo Circulante	25.091	26.963
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	314	239
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	314	239
2.01.02	Fornecedores	5.125	6.902
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.125	6.902
2.01.03	Obrigações Fiscais	639	821
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	523	599
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	0	599
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	80	157
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	36	65
2.01.05	Outras Obrigações	18.966	18.907
2.01.05.02	Outros	18.966	18.907
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	18.692	18.692
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	274	215
2.01.06	Provisões	47	94
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	47	94
2.02	Passivo Não Circulante	317.625	317.603
2.02.02	Outras Obrigações	212.000	212.000
2.02.02.02	Outros	212.000	212.000
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	212.000	212.000
2.02.03	Tributos Diferidos	97.397	97.380
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	97.397	97.380
2.02.04	Provisões	8.228	8.223
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.228	8.223
2.03	Patrimônio Líquido	235.904	308.344
2.03.01	Capital Social Realizado	342.056	342.056
2.03.02	Reservas de Capital	11.969	11.969
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	11.969	11.969
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-168.710	-94.179
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	50.589	48.498

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	13.681	12.338
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-12.983	-7.294
3.03	Resultado Bruto	698	5.044
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-75.343	-32.464
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.150	-2.994
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	18	78
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5	-43
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-73.206	-29.505
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-74.645	-27.420
3.06	Resultado Financeiro	117	-3.011
3.06.01	Receitas Financeiras	138	855
3.06.02	Despesas Financeiras	-21	-3.866
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-74.528	-30.431
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3	-2.061
3.08.01	Corrente	-3	-2.061
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-74.531	-32.492
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-74.531	-32.492
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-8,11620	-3,53830
3.99.01.02	PNA	-8,11620	-3,53830
3.99.01.03	PNB	-8,11620	-3,53830
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-8,11620	-3,53830
3.99.02.02	PNA	-8,11620	-3,53830
3.99.02.03	PNB	-8,11620	-3,53830

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2014 à 31/03/2014	01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	-74.531	-32.492
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.091	-75.763
4.02.01	Equivalência Patrimonial s/ Obrigações Atuariais	2.091	-75.763
4.03	Resultado Abrangente do Período	-72.440	-108.255

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3.828	-1.871
6.01.01	Recebimento de Consumidores	14.672	9.138
6.01.02	Rendimento de Aplicações Financeiras	115	598
6.01.03	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	0	1.655
6.01.04	Outros Recebimentos	24	0
6.01.08	Fornecedores - Materiais e Serviços	-15.492	-7.508
6.01.09	Salários, Encargos e Benefícios Sociais	-2.251	-1.527
6.01.10	Pagamento de Encargos da Dívida	0	-1.304
6.01.11	Impostos e Contribuições	-354	-2.828
6.01.12	Outros Pagamentos	-542	-95
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-25	-1
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-25	0
6.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	-1
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-85.000
6.03.01	Amortização de Empréstimos	0	-85.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.853	-86.872
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.895	88.787
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.042	1.915

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.969	0	-94.179	48.498	308.344
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.969	0	-94.179	48.498	308.344
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-74.531	2.091	-72.440
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-74.531	0	-74.531
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.091	2.091
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	2.091	2.091
5.07	Saldos Finais	342.056	11.969	0	-168.710	50.589	235.904

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.969	31.272	-608	41.325	426.014
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.969	31.272	-608	41.325	426.014
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-32.492	-75.763	-108.255
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-32.492	0	-32.492
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-75.763	-75.763
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	-75.763	-75.763
5.07	Saldos Finais	342.056	11.969	31.272	-33.100	-34.438	317.759

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	15.416	13.902
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	15.416	13.902
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-11.628	-7.810
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-12.084	-7.877
7.02.04	Outros	456	67
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.788	6.092
7.04	Retenções	-37	-35
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-37	-35
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.751	6.057
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-73.068	-28.650
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-73.206	-29.505
7.06.02	Receitas Financeiras	138	855
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-69.317	-22.593
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-69.317	-22.593
7.08.01	Pessoal	2.813	2.319
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.799	2.287
7.08.01.02	Benefícios	14	32
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.850	3.688
7.08.02.01	Federais	1.541	3.410
7.08.02.02	Estaduais	309	278
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	551	3.892
7.08.03.02	Aluguéis	531	24
7.08.03.03	Outras	20	3.868
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	20	3.868
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-74.531	-32.492
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-74.531	-32.492

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	2.430.526	2.434.831
1.01	Ativo Circulante	498.073	520.802
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	91.274	96.786
1.01.02	Aplicações Financeiras	295	295
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	295	295
1.01.03	Contas a Receber	249.975	308.840
1.01.03.01	Clientes	249.975	308.840
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	249.975	308.840
1.01.04	Estoques	32.069	34.615
1.01.06	Tributos a Recuperar	36.971	29.307
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	36.971	29.307
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	87.489	50.959
1.01.08.03	Outros	87.489	50.959
1.02	Ativo Não Circulante	1.932.453	1.914.029
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	839.696	819.877
1.02.01.03	Contas a Receber	50.775	54.097
1.02.01.03.01	Clientes	50.775	54.097
1.02.01.06	Tributos Diferidos	22.011	22.199
1.02.01.06.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	22.011	22.199
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	766.910	743.581
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	15.091	12.628
1.02.01.09.05	Ativo Financeiro de Concessões	749.992	729.119
1.02.01.09.09	Demais Créditos	1.827	1.834
1.02.02	Investimentos	692.371	684.537
1.02.02.01	Participações Societárias	416.256	408.422
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	357.501	351.313
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	58.755	57.109
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	276.115	276.115
1.02.03	Imobilizado	142.112	138.507
1.02.04	Intangível	258.274	271.108

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	2.430.526	2.434.831
2.01	Passivo Circulante	951.928	897.302
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	35.090	35.124
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	35.090	35.124
2.01.02	Fornecedores	366.148	344.101
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	366.148	344.101
2.01.03	Obrigações Fiscais	143.592	118.091
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	14.141	15.891
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.037	8.138
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	9.104	7.753
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	128.246	101.138
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.205	1.062
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	116.533	119.207
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	116.533	119.207
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	116.533	119.207
2.01.05	Outras Obrigações	285.643	275.929
2.01.05.02	Outros	285.643	275.929
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	32.233	32.233
2.01.05.02.05	Encargos Regulatórios	31.981	30.193
2.01.05.02.06	Benefícios Pós Emprego	65.440	66.075
2.01.05.02.09	Contribuição de Iluminação Pública	129.031	121.144
2.01.05.02.10	Outras Obrigações	26.958	26.284
2.01.06	Provisões	4.922	4.850
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.922	4.850
2.02	Passivo Não Circulante	1.004.139	994.765
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	127.828	142.141
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	127.828	142.141
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	127.828	142.141
2.02.02	Outras Obrigações	662.076	639.820
2.02.02.02	Outros	662.076	639.820
2.02.02.02.03	Benefícios Pós Emprego	282.581	286.670
2.02.02.02.04	Encargos Regulatórios	133.540	127.908
2.02.02.02.07	Fornecedores	25.904	4.552
2.02.02.02.08	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.420	2.420
2.02.02.02.09	Outras Obrigações	217.631	218.270
2.02.03	Tributos Diferidos	145.839	145.822
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	145.839	145.822
2.02.04	Provisões	68.396	66.982
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	68.396	66.982
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	474.459	542.764
2.03.01	Capital Social Realizado	342.056	342.056
2.03.02	Reservas de Capital	11.969	11.969
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	11.969	11.969
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-168.710	-94.179
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	50.589	48.498
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	238.555	234.420

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	410.219	378.411
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-417.638	-344.937
3.03	Resultado Bruto	-7.419	33.474
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-55.196	-53.508
3.04.01	Despesas com Vendas	-20.114	-15.735
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-42.353	-40.249
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	17.339	16.244
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-17.901	-16.754
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	7.833	2.986
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-62.615	-20.034
3.06	Resultado Financeiro	-3.010	-6.919
3.06.01	Receitas Financeiras	9.633	9.201
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.643	-16.120
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-65.625	-26.953
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.771	-3.998
3.08.01	Corrente	-4.771	-3.998
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-70.396	-30.951
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-70.396	-30.951
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-74.531	-32.492
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4.135	1.541
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-8,11620	-3,53830
3.99.01.02	PNA	-8,11620	-3,53830
3.99.01.03	PNB	-8,11620	-3,53830
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-8,11620	-3,53830
3.99.02.02	PNA	-8,11620	-3,53830
3.99.02.03	PNB	-8,11620	-3,53830

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-70.396	-30.951
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.091	-75.763
4.02.01	Ganho/(Perda) Atuarial com Plano de Benefício Definido	2.091	-75.763
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-68.305	-106.714
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-72.440	-108.255
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	4.135	1.541

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	33.034	2.863
6.01.01	Recebimento de Consumidores e de Venda de Energia	587.333	637.332
6.01.02	Rendimento de Aplicações Financeiras	1.757	6.987
6.01.03	Resgate do Fundo de Aplicação - FIP Corumbá	0	3.760
6.01.04	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio Recebidos	0	252
6.01.05	Outros Recebimentos	39	0
6.01.09	Fornecedores - Materiais e Serviços	-68.842	-62.508
6.01.10	Fornecedores - Energia Elétrica	-259.644	-327.758
6.01.11	Contribuição de Iluminação Pública	-34.000	-16.000
6.01.12	Salários, Encargos e Benefícios Sociais	-71.436	-66.092
6.01.13	Pagamento de Encargos da Dívida	-5.148	-8.051
6.01.14	Impostos e Contribuições	-91.814	-142.703
6.01.15	Encargos Setoriais	-4.589	-15.018
6.01.16	Outros Pagamentos	-20.622	-7.338
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-21.517	-16.349
6.02.01	Aquisição de Ativos Financeiros da Concessão, Imobilizados e Intangíveis	-21.517	-16.348
6.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	-1
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-17.029	-91.489
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos Obtidos	14.600	16.000
6.03.02	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-31.629	-107.489
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-5.512	-104.975
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	96.786	182.290
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	91.274	77.315

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.969	0	-94.179	48.498	308.344	234.420	542.764
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.969	0	-94.179	48.498	308.344	234.420	542.764
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-74.531	2.091	-72.440	4.135	-68.305
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-74.531	0	-74.531	4.135	-70.396
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.091	2.091	0	2.091
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	2.091	2.091	0	2.091
5.07	Saldos Finais	342.056	11.969	0	-168.710	50.589	235.904	238.555	474.459

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	342.056	11.969	31.272	-608	41.325	426.014	230.124	656.138
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	342.056	11.969	31.272	-608	41.325	426.014	230.124	656.138
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-32.492	-75.763	-108.255	1.541	-106.714
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-32.492	0	-32.492	1.541	-30.951
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-75.763	-75.763	0	-75.763
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	-75.763	-75.763	0	-75.763
5.07	Saldos Finais	342.056	11.969	31.272	-33.100	-34.438	317.759	231.665	549.424

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	562.039	533.961
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	528.427	491.353
7.01.02	Outras Receitas	2.367	2.917
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	37.766	40.983
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-6.521	-1.292
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-402.379	-335.526
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-309.062	-249.488
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-44.207	-35.320
7.02.04	Outros	-49.110	-50.718
7.02.04.01	Provisões/Reversões	3.531	1.371
7.02.04.02	Custo de Construção de Ativos Próprios	-37.766	-40.983
7.02.04.03	Outros	-14.875	-11.106
7.03	Valor Adicionado Bruto	159.660	198.435
7.04	Retenções	-13.537	-12.202
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-13.537	-12.202
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	146.123	186.233
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	17.466	12.187
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	7.833	2.986
7.06.02	Receitas Financeiras	9.633	9.201
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	163.589	198.420
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	163.589	198.420
7.08.01	Pessoal	49.233	43.496
7.08.01.01	Remuneração Direta	35.893	32.254
7.08.01.02	Benefícios	13.340	11.242
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	161.850	159.859
7.08.02.01	Federais	67.489	65.318
7.08.02.02	Estaduais	94.361	94.541
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	22.902	26.016
7.08.03.02	Aluguéis	10.259	9.896
7.08.03.03	Outras	12.643	16.120
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	12.643	16.120
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-70.396	-30.951
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-74.531	-32.492
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	4.135	1.541

Comentário de Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

1º Trimestre de 2014

1

O relatório de desempenho apresenta os números consolidados da Companhia Energética de Brasília – CEB e suas controladas descritas na nota explicativa nº. 1 das Informações Contábeis Intermediárias em 31/03/2014.

DESEMPENHO OPERACIONAL (NÃO REVISADO PELOS AUDITORES INDEPENDENTES)

Quantidade de Consumidores por Classe

Classe de Consumidores	Trimestres			Δ Trim.	Δ Ano
	Consumidores				
	1T14	4T13	1T13		
Residencial	831.571	824.525	797.659	0,9%	4,3%
Comercial	105.321	104.954	102.640	0,3%	2,6%
Rural	9.992	9.974	9.856	0,2%	1,4%
Poder Publico	5.931	5.792	5.228	2,4%	13,4%
Industrial	1.708	1.727	1.708	(1,1%)	
Serviço Público	315	286	309	10,1%	1,9%
Iluminação Pública	19	19	19		
(=) Fornecimento faturado	954.857	947.277	917.419	0,8%	4,1%
Consumo Próprio	48	46	47	4,3%	2,1%
(=) Fornecimento de Energia Elétrica	954.905	947.323	917.466	0,8%	4,1%

Classe de Consumidores	Trimestres			Δ Trim.	Δ Ano
	MWh				
	1T14	4T13	1T13		
Residencial	590.156	573.396	534.348	2,9%	10,4%
Comercial	513.638	520.080	489.148	(1,2%)	5,0%
Poder Publico	161.284	172.251	153.249	(6,4%)	5,2%
Iluminação Pública	102.476	101.384	99.157	1,1%	3,3%
Serviço Público	84.267	79.519	95.601	6,0%	(11,9%)
Industrial	60.815	61.221	60.948	(0,7%)	(0,2%)
Rural	33.042	33.284	30.349	(0,7%)	8,9%
(=) Fornecimento faturado	1.545.678	1.541.135	1.462.800	0,3%	5,7%
Consumo Próprio	504	470	480	7,2%	5,0%
(=) Fornecimento de Energia Elétrica	1.546.182	1.541.605	1.463.280	0,3%	5,7%

No 1T14 a base de consumidores apresentou um aumento de 4,1% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Em relação ao 4T13 demonstrou-se estável, atingido um total de 954.857 mil consumidores (desconsiderando o Consumo Próprio) ao final do 1T14. Do total de Consumidores no final do 1T14, 87% pertencia à classe Residencial, 11% à classe Comercial e os demais consumidores representavam 2%.

A quantidade de energia vendida no 1T14 atingiu 1.545.678 MWh (desconsiderando o Consumo Próprio) e apresentou um crescimento de 5,7% quando comparado ao 1T13 (1.462.800 MWh). Em comparação ao 4T13 o fornecimento de energia apresentou-se estável.

Comentário de Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

1º Trimestre de 2014

2

RESULTADOS CONSOLIDADOS

RECEITA OPERACIONAL BRUTA

A Receita Operacional Bruta consolidada no 1T14 totalizou R\$ 566,1 milhões, R\$ 33,3 milhões superior à receita obtida no 1T13 (6,3%). Em relação ao 4T13 apresentou um aumento de R\$ 68,2 milhões (13,7%). Desconsiderando a Receita de Construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta foi de R\$ 528,4 milhões, um acréscimo de R\$ 36,5 milhões (7,4%) quando comparado ao 1T13 e em relação ao 4T13 o aumento foi de R\$ 68,5 milhões (14,9%).

Receita Bruta - R\$ Mil	Trimestres			Δ Trim.	Δ Ano
	1T14	4T13	1T13		
Fornecimento de Energia Elétrica	449.314	491.561	447.429	(8,6%)	0,4%
Receita de Construção	37.766	38.045	40.983	(0,7%)	(7,8%)
Receita de Prestação de Serviços	15.867	12.865	14.449	23,3%	9,8%
Energia de Curto Prazo	42.948	(64.966)	9.302	(166,1%)	361,7%
Suprimento de Energia	9.256	8.326	7.135	11,2%	29,7%
Disponibilidade do Sistema de Distribuição	3.729	4.441	5.881	(16,0%)	(36,6%)
Receita de Venda de Gás	1.130	1.307	1.338	(13,5%)	(15,5%)
Outras Receitas	6.183	6.372	6.359	(3,0%)	(2,8%)
Receita Operacional Bruta	566.193	497.951	532.876	13,7%	6,3%
Deduções da Receita Operacional Bruta	(155.974)	(151.671)	(154.465)	2,8%	1,0%
Receita Operacional Líquida	410.219	346.280	378.411	18,5%	8,4%

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

No 1T14 a receita de Fornecimento de Energia Elétrica foi de R\$ 449,3 milhões, R\$ 1,8 milhão (0,4%) se mantendo estável em relação à receita obtida no 1T13 (R\$ 447,4 milhões), apesar do aumento no volume de energia fornecida de 5,67% devido à queda nos preços de energia efetivada no início de 2013. Em relação ao 4T13 a variação foi de R\$ 42,2 milhões, -8,6% menor, já o volume de energia fornecida se manteve praticamente constante (0,3%).

A queda em relação ao 1T13 ocorreu nas receitas de Serviço Público em 15,7% (R\$ 3,4 milhões), Industrial com redução de 9,9% (R\$ 2,1 milhões) e a receita de Não Faturado que apresentou uma variação negativa de 21,9% (R\$ 4,5 milhões). Os recursos de CDE representaram um crescimento de 288,4% na comparação com o 4T13 refletindo os problemas hídricos enfrentados pelo setor elétrico brasileiro desde 2012 e que se agravaram neste primeiro trimestre do ano.

	Trimestres							
Consumidores	MWh			R\$ mil			Δ Trim.	Δ Ano
	1T14	4T13	1T13	1T14	4T13	1T13		
Residencial	590.156	573.396	534.348	186.710	189.057	185.134	-1,2%	0,9%
Comercial	513.638	520.080	489.148	159.337	168.985	165.568	-5,7%	-3,8%
Poder Publico	161.284	172.251	153.249	54.104	60.923	50.330	-11,2%	7,5%
Industrial	60.815	61.221	60.948	19.338	20.408	21.465	-5,2%	-9,9%
Serviço Público	84.267	79.519	95.601	18.229	17.498	21.633	4,2%	-15,7%
Iluminação Pública	102.476	101.384	99.157	17.089	17.706	17.176	-3,5%	-0,5%
Rural	33.042	33.284	30.349	6.945	7.321	6.781	-5,1%	2,4%
Subtotal - Fornecimento Faturado	1.545.678	1.541.135	1.462.800	461.752	481.898	468.087	-4,2%	-1,4%
Consumo Próprio	504	470	480					
Fornecimento Não Faturado Líquido				(25.190)	6.380	(20.658)	-494,8%	21,9%
Aportes de Recursos da CDE				12.752	3.283		288,4%	
Total - Fornecimento de Energia Elétrica	1.546.182	1.541.605	1.463.280	449.314	491.561	447.429	-8,6%	0,4%

Comentário do Desempenho**Comentário de Desempenho****Companhia Energética de Brasília S.A – CEB****1º Trimestre de 2014****3****RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Apresentou um aumento de R\$ 1,4 milhão (9,8%) no 1T14 em relação à receita gerada no 1T13. Na comparação com o 4T13 o acréscimo foi de R\$ 3,0 milhões (23,3%), os aumentos foram motivados pelo maior nível de obras realizadas no período e pela renovação dos contratos de obras com o Governo do Distrito Federal no final do 4T13.

SUPRIMENTO DE ENERGIA

A receita de Suprimento de Energia no 1T14 foi de R\$ 9,2 milhões (R\$ 7,1 milhões no 1T13), o aumento R\$ 2,1 milhões reflete um volume maior de comercialização de receita de curto prazo em função dos preços praticados no mercado. Em relação ao 4T13, apresentou uma estabilidade com acréscimo de R\$ 0,9 milhão (11,2%).

ENERGIA DE CURTO PRAZO

A receita de Energia de Curto Prazo no 1T14 atingiu em 42,9 milhões, R\$ 33,6 milhões (361,7%) superior a receita reconhecida no 1T13. O crescimento ocorreu devido à mudança de metodologia na contabilização da receita, que passou a utilizar a estimativa de receita com base nas sobras de energia contratada a partir do 4T13 (regime de competência) e pela alta no valor médio do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD que atingiu um valor de R\$ 822,23 reais ao final do 1T14 (R\$ 339,75 reais no 1T13). No 1T13 a receita era reconhecida pelo regime de caixa. Em relação ao 4T13, o aumento foi influenciado pelo estorno do valor registrado como receita de energia de curto prazo a maior no período de abril/2013 a outubro/2013, no montante estimado de R\$ 88 milhões devido à ausência de leituras dos consumos de duas linhas de interligação de Furnas.

OUTRAS RECEITAS

A variação apresentada entre os trimestres apresentou-se estável, sendo que a rubrica de Arrendamento e Alugueis é a que apresenta maior volume de receita e teve baixa variação percentual entre os períodos em análise.

R\$ Mil	Trimestres			Δ Trim.	Δ Ano
	1T14	4T13	1T13		
Arrendamentos e Alugueis	5.763	5.800	5.629	(0,6%)	2,4%
Serviço Taxado	256	571	727	(55,2%)	(64,8%)
Outras	164	1	3		
Total	6.183	6.372	6.359	(3,0%)	(2,8%)

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA

As Deduções da Receita Operacional Bruta no 1T14 em relação ao 1T13 apresentou-se estável com uma variação de R\$ 1,5 milhão (1,0%) totalizado R\$ 155,9 milhões no 1T14 (R\$ 154,4 milhões no 1T013). Quando comparado com o 4T13 à situação é praticamente a mesma com uma variação de 2,8%.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Receita Líquida no 1T14 apresentou um aumento de R\$ 31,8 milhões (8,4%) na comparação com o mesmo período do ano anterior, atingindo um total de R\$ 410,2 milhões (R\$ 378,4 milhões no 1T13). Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão, a Receita Líquida foi de R\$ 372,4 milhões, um acréscimo de R\$ 35,0 milhões (10,4%) quando comparado ao 1T13 e em relação ao 4T13 houve um aumento de R\$ 64,2 milhões (20,8%).

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

1º Trimestre de 2014

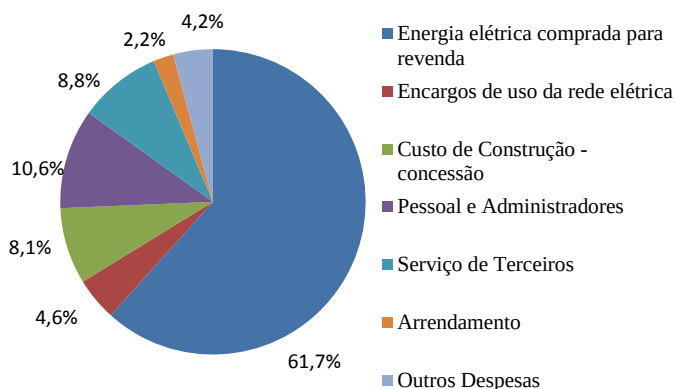
4

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (EXCETO DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO)

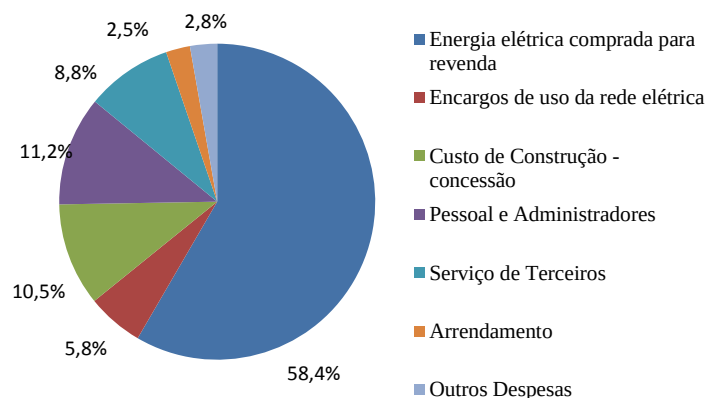
Os Custos e Despesas Operacionais consolidados, que desconsideram as depreciações e amortizações do período totalizaram no 1T14 R\$ 466,5 milhões, uma redução de R\$ 7,0 milhões (-1,5%) em relação ao 4T13. Com relação ao 1T13 houve um aumento de R\$ 77,8 milhões (20,0%) devido principalmente ao Custo da Energia Comprada que teve um acréscimo de 23,9%. Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado devido à receita correspondente no mesmo valor), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 428,8 milhões, uma queda de R\$ 6,8 milhões (-1,6%) quando comparado ao 4T13 e uma elevação de R\$ 81,0 milhões (23,3%) em relação ao 1T13.

R\$ Mil	Trimestres			Δ Trim.	Δ Ano
	1T14	4T13	1T13		
Custo da Energia Comprada					
Energia elétrica comprada para revenda	(250.247)	(242.788)	(206.082)	3,1%	21,4%
Energia elétrica comprada para revenda - Curto Prazo	(52.878)	(35.600)	(20.899)	48,5%	153,0%
Encargos de uso da rede elétrica	(21.317)	(13.407)	(22.507)	59,0%	(5,3%)
Ressarcimento de Recursos da CDE		621			
Repasse de Recursos da Conta Centralizadora - CONTA - ACR	15.380				
Subtotal	(309.062)	(291.174)	(249.488)	6,1%	23,9%
Demais Custos e Despesas Operacionais					
Pessoal e Administradores	(47.280)	(64.400)	(41.807)	(26,6%)	13,1%
Serviço de Terceiros	(40.910)	(43.613)	(34.387)	(6,2%)	19,0%
Custo de Construção - concessão	(37.766)	(38.045)	(40.983)	(0,7%)	(7,8%)
Arrendamento	(10.033)	(9.596)	(9.597)	4,6%	4,5%
(Provisão)/Reversão para Devedores Duvidosos	(6.521)	(15.847)	(1.292)	(58,9%)	404,7%
Material	(3.297)	(1.732)	(933)	90,4%	253,4%
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	(2.180)	(1.337)	(1.786)	63,1%	22,1%
Entidade de Previdência Privada	(1.953)	(2.422)	(1.689)	(19,4%)	15,6%
Gás Comprado para Revenda	(818)	(946)	(966)	(13,5%)	(15,3%)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica	(627)	(632)	(916)	(0,8%)	(31,6%)
Outras Despesas	(6.121)	(3.903)	(4.875)	56,8%	25,6%
Subtotal	(157.506)	(182.473)	(139.231)	(13,7%)	13,1%
Total	(466.568)	(473.647)	(388.719)	(1,5%)	20,0%

1T14



1T13



Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

1º Trimestre de 2014

5

O aumento de 20,0% em relação ao 1T13 deve-se principalmente ao crescimento dos custos/despesas a seguir:

- ✓ **Custo da Energia Elétrica Comprada para Revenda:** O aumento do valor da energia comprada no 1T14 em relação ao 1T13 está diretamente ligado ao despacho das usinas termelétricas. A CEB Distribuição tem 17,4% da sua aquisição de energia vinculada aos contratos por disponibilidade (termelétricas) precificados por Custo Variável Unitário – CVU, tradicionalmente bem superior ao custo das hidroelétricas. Estes preços da energia só são aplicados quando as usinas termelétricas são obrigadas a despachar. O 4T13 apresentou Preço de Liquidação das Diferenças - PLD e Custo Médio de Operação - CMO na ordem de R\$ 300 reais, já no primeiro trimestre de 2014 com o aumento do despacho térmico o Preço de Liquidação das Diferenças - PLD atingiu o valor teto de R\$ 822,23 (reais), e o Custo Marginal de Operação – CMO, calculado com base no valor das térmicas que estão despachando esteve sempre acima dos R\$ 1.000,00 (reais) entre Janeiro a Março de 2014 atingindo R\$ 1.784,18 (reais) na terceira semana de fevereiro/14.

Esta variação positiva é que elevou o preço da compra de energia pela CEB Distribuição, sendo parte registrada como “Energia elétrica comprada para revenda” paga diretamente ao fornecedor e a outra parte registrada como “Energia elétrica comprada para revenda - Curto Prazo” paga quando do fechamento da contabilização do curto prazo como Efeito da Contratação por Disponibilidade – ECD.

- ✓ **Serviços de Terceiros:** apresentou um acréscimo de R\$ 6,5 milhões (19,0%) em relação ao 1T13 que teve como principais ofensores os seguintes eventos: Serviço de Levantamento dos Ativos de Distribuição (R\$ 2,8 milhões), e Serviços de Terceiros – IP (R\$ 2,9 milhões). Na comparação com o 4T13 ocorreu uma redução de R\$ 2,7 milhões (-6,2%).
- ✓ **Custo de Construção – Concessão:** apresentou uma queda de R\$ 3,2 milhões (-7,86%) em relação ao 1T13. Este item reflete o ritmo de investimentos da controlada CEB Distribuição e não impacta o resultado, devido à receita de construção ser reconhecida no mesmo valor do Custo de Construção.
- ✓ **Provisão para Devedores Duvidosos/Perdas:** No 1T14 a PDD/Perdas apresentou um acréscimo de R\$ 5,2 milhões (404,7%) em relação ao 1T13 devido ao aumento das estimativas de perdas contabilizadas no período. Na comparação com o 4T13 ocorreu uma redução de R\$ 9,3 milhões (-58,9%) em função do registro da baixa de créditos prescritos contabilizado no 4T13 no montante de R\$ 9,5 milhões.
- ✓ **Pessoal e Administradores:** apresentou no 1T14 um aumento de R\$ 5,4 milhões (13,1%) em relação ao 1T13, a variação ocorreu em função do reajuste salarial no 4T13 com a aprovação do acordo coletivo, que foi composto pela variação do INPC (5,58%) mais ganho real de 1%. Na negociação do acordo coletivo também foram concedidas verbas indenizatórias tais como:
 - abono salarial a ser pago semestralmente até o primeiro semestre de 2015;
 - concessão de 1,25% de ganho real sobre a tabela salarial, retroativo a 01/11/2013 e mais 1,25% de ganho real, também incidente sobre a tabela salarial, a ser paga em 01/11/2014 a todos os empregados;
 - concessão aos empregados do cargo de Agente de Serviços Operacionais, admitidos após agosto de 2010, de 4 (quatro) referências na tabela salarial que foi paga em novembro de 2013 e 1 (uma) referência a ser paga em novembro de 2014.

Na comparação com o 4T13 a redução foi de R\$ 17,1 milhões (-26,6%) devido ao pagamento de algumas verbas terem sido pagas em caráter retroativo conforme exposto acima.
- ✓ **Arrendamento:** Apresentou um aumento de R\$ 0,4 milhão (4,5%) na comparação com o 1T13 devido à revisão anual do contrato firmado entre a Investco S.A. e a Controlada CEB Lajeado S.A que foi atualizado pelo INPC.

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

1º Trimestre de 2014

6

DEPRECIAÇÃO / AMORTIZAÇÃO

A despesa com Depreciação e Amortização foi R\$ 13,5 milhões no 1T14, um acréscimo de R\$ 1,3 milhão (10,9%) na comparação com o 1T13. Na comparação com o 4T13 as despesas de depreciação e amortização apresentou-se estável.

R\$ mil	Trimestres			Δ Trim.	Δ Ano
	1T14	4T13	1T13		
Depreciação/Amortização	13.537	13.277	12.202	1,9%	10,9%

OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

Apresentou uma perda líquida de R\$ 0,5 milhão no 1T14 estável na comparação com o 1T13. Na comparação com o 4T13 a redução ocorreu devido à contabilização de Provisão para Perdas Prováveis – Empregados e Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais que foram registradas no 4T13 e somaram-se R\$ 12,3 milhões.

	Trimestres			Δ Trim.	Δ Ano
	1T14	4T13	1T13		
Outras Receitas Operacionais					
Outras Receitas Operacionais					
Reversão de Provisão de Benefícios Pós Emprego	7.828	12.400	6.770	(36,9%)	15,6%
Ressarcimento CCEArS	7.126	2.311	5.319	208,4%	
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas	2.378	1.753	2.397	35,7%	(0,8%)
Reversão de Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	18	8.764	1.069	(99,8%)	(98,3%)
Ganho na Baixa de Bens	(11)	(14)	(20)	(21,4%)	(45,0%)
Outras Receitas		53	709	(100,0%)	(100,0%)
Total	17.339	25.267	16.244	(31,4%)	6,7%
Outras Despesas Operacionais					
Provisão de Benefícios Pós Emprego	(9.814)	(9.548)	(9.548)	2,8%	2,8%
Provisão de Participação nos Lucros/Resultados		(1.904)			
Compensação de descontinuidade de energia	(6.212)	(1.468)	(3.983)	323,2%	56,0%
Provisão para Perdas Prováveis - Empregados		(7.173)			
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(1.534)	(5.183)	(2.058)	(70,4%)	(25,5%)
Multas ANEEL	(247)	(374)	(275)	(34,0%)	(10,2%)
Outras Despesas	(94)	(646)	(890)	(85,4%)	(89,4%)
Total	(17.901)	(26.296)	(16.754)	(31,9%)	6,8%
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(562)	(1.029)	(510)		

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

1º Trimestre de 2014

7

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro foi negativo no 1T14 no montante de R\$ 3,0 milhões. Na comparação com o 4T13 a redução foi de R\$ 19,2 milhões, influenciado pela contabilização da atualização do Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão no valor de R\$ 34,1 milhões do lado das Receitas Financeiras e da Atualização Monetária da Contribuição de Iluminação Pública – CIP.

	Trimestres			Δ Trim.	Δ Ano
	1T14	4T13	1T13		
Receitas Financeiras					
Atualização a Valor Justo - Ativo Financeiro Indenizável - Concessão		34.166			
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos	2.784	3.642	3.401	(23,6%)	(18,1%)
Juros sobre Capital Próprio		8.362			
Reversão de Juros sobre Capital Próprio		(8.362)			
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia	2.674	2.537	3.082	5,4%	(13,2%)
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.932	1.854	1.576	4,2%	22,6%
Multas e Penalidades Aplicadas	1.318	444	464	196,8%	184,1%
Outras Receitas Financeiras	925	223	678	314,8%	36,4%
Total	9.633	42.866	9.201	(77,5%)	4,7%
Despesas Financeiras					
Encargos da Dívida	(5.034)	(6.419)	(6.580)	(21,6%)	(23,5%)
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos	(6.084)	(16.349)	(4.880)	(62,8%)	24,7%
Juros sobre Capital Próprio		(5.836)			
Reversão de Juros sobre Capital Próprio		5.836			
Custo de Transação (Empréstimos e Financiamentos)			(2.972)		
Atualização de Benefício pós-emprego	(1.041)	(1.093)	(1.321)	(4,8%)	(21,2%)
Outras Despesas Financeiras	(484)	(2.767)	(367)	(82,5%)	31,9%
Total	(12.643)	(26.628)	(16.120)	(52,5%)	(21,6%)
Resultado Financeiro	(3.010)	16.238	(6.919)		

EBITDA (LAJIDA)

O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro (prejuízo) antes do pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. A Companhia divulga seu EBITDA ajustado (conforme Instrução CVM nº 527 de 4 de outubro de 2012), excluindo o resultado da venda de bens, para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e da capacidade de cobrir sua necessidade de capital de giro. Ambas as medidas não devem ser consideradas como alternativas ao lucro operacional e ao fluxo de caixa operacional, na qualidade de indicador de liquidez, para os períodos apresentados. Destaca-se que o EBITDA ajustado pode não ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas.

No 1T14 o EBITDA ajustado foi negativo no montante de R\$ 49,0 milhões, um aumento da posição negativa de R\$ 41,2 milhões (526,6%) na comparação com o 1T13 (R\$ 7,8 milhões negativo). A margem EBITDA ajustada no 1T14 foi de (-11,9%) contra -2,0% no 1T13 e -30,5% no 4T13. O principal ofensor do EBITDA no 1T14 foi o Custo da Energia Comprada para Revenda que atingiu R\$ 309,0 milhões (R\$ 291,1 milhões no 4T13 e R\$ 249,4 milhões no 1T13).

Comentário de Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

1º Trimestre de 2014

8

R\$ mil	Trimestres			Δ Trim.	Δ Ano
	1T14	4T13	1T13		
Prejuízo Consolidado do Período	(70.396)	(103.909)	(30.951)	(32,3%)	127,4%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	4.771	1.193	3.998	299,9%	19,3%
(+/-) Resultado Financeiro	3.010	(16.238)	6.919	(118,5%)	(56,5%)
(+) Depreciação / Amortização	13.537	13.277	12.202	2,0%	10,9%
EBITDA	(49.078)	(105.677)	(7.832)	(53,6%)	526,6%
Itens não Recorrentes					
(+/-) Ganho na Venda de Bens	11	(100)	20	(111,0%)	(45,0%)
EBITDA Ajustado	(49.067)	(105.777)	(7.812)	(53,6%)	528,1%
Margem EBITDA %	(11,96)	(30,52)	(2,07)	(60,8%)	478,0%
Margem EBITDA Ajustado %	(11,96)	(30,55)	(2,06)	(60,8%)	479,4%

PREJUÍZO CONSOLIDADO DO PERÍODO

O Prejuízo consolidado no 1T14 foi de R\$ 70,3 milhões, sendo que a parte atribuída aos acionistas controladores foi R\$ 74,5 milhões (R\$ 32,4 milhões 1T13) um aumento de 129,4% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Para os acionistas não controladores, o valor atribuído foi um Lucro de R\$ 4,1 milhões contra R\$ 1,5 milhões no 1T13.

	Trimestres			Δ Trim.	Δ Ano
	1T14	4T13	1T13		
Prejuízo Consolidado do Período	(70.396)	(103.909)	(30.951)	(32,3%)	127,4%
Margem Líquida	(17,16%)	(30,01%)	(8,18%)	(178,2%)	109,8%
Prejuízo Atribuído aos Controladores	(74.531)	(113.525)	(32.492)	(34,3%)	129,4%
Prejuízo Líquido por Ação (R\$)	-8,11620	-12,36190	-3,53830	(34,3%)	129,4%

OUTROS INDICADORES

ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta consolidada apresentou uma redução de R\$ 59,0 milhões (-19,5%) em relação a março de 2013. Em comparação com dezembro de 2013, a queda foi de 16,9 milhões (-6,5%). A Dívida Líquida em março de 2014 representava 6,4 EBITDA contra 2,5 em dezembro de 2013 e 4,9 em março de 2013.

	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013	Δ Trim.	Δ Ano
Curto Prazo	116.533	119.207	97.558	(2,24%)	19,45%
Longo Prazo	127.828	142.141	206.004	(10,07%)	(37,95%)
Dívida Total	244.361	261.348	303.562	(6,50%)	(19,50%)
(-) Caixa Disponível (R\$ mil)	91.274	96.786	77.314	(5,70%)	18,06%
= Dívida Líquida (R\$ mil)	153.087	164.562	226.248	(6,97%)	(32,34%)
Dívida Líquida / EBITDA	6,4	2,5	4,9	150,74%	30,12%

*EBITDA anualizada

CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA BRUTA

Cronograma de Amortização da Dívida Bruta	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Moeda Nacional	116.533	60.419	24.568	16.434	13.109	13.298	244.361

Comentário de Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

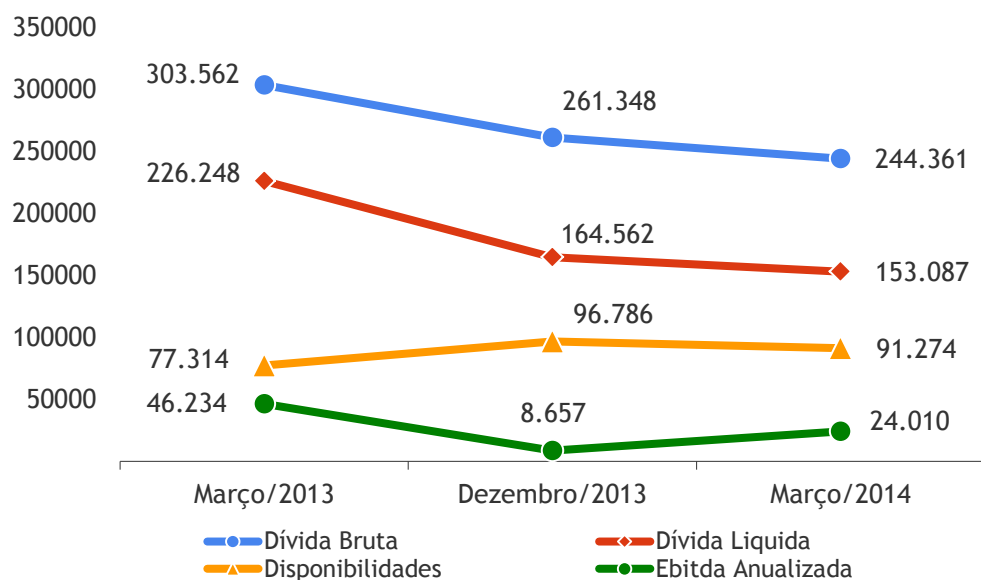
1º Trimestre de 2014

9

MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/03/2014
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2013	261.348
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	14.600
Encargos Incorridos no Período	5.222
Encargos Financeiros Pagos	(5.180)
Amortizações de principal	(31.629)
Saldo em 31 março de 2014	244.361

Comportamento da Dívida



Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

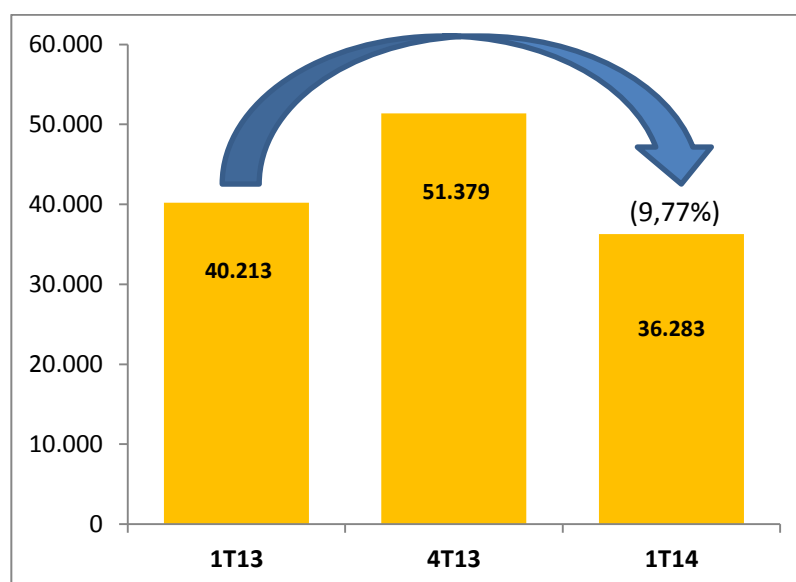
1º Trimestre de 2014

10

CAPEX (SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO)

No 1T14, os investimentos totalizaram R\$ 36,2 milhões, apresentando uma redução de R\$ 3,9 milhões (-9,7%) em relação ao 1T13 (R\$ 40,2 milhões). Em relação ao 4T13 a redução foi de 15,0 milhões (-29,3%).

R\$ mil	Trimestres			Δ Trim.	Δ Ano
	1T14	4T13	1T13		
CAPEX	36.283	51.379	40.213	(29,38%)	(9,77%)



Comentário de Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

1º Trimestre de 2014

11

ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

R\$ mil	1T14	4T13	1T13
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	566.193	497.951	532.876
Fornecimento de Energia Elétrica	436.562	488.278	447.429
Energia de Curto Prazo	42.948	(64.966)	9.302
Receita de Construção	37.766	38.045	40.983
Receita de Prestação de Serviços	15.867	12.865	14.449
Suprimento de Energia	9.256	8.326	7.135
Disponibilidade do Sistema de Distribuição	3.729	4.441	5.881
Receita de Venda de Gás	1.130	1.307	1.338
Outras Receitas	18.935	9.655	6.359
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(155.974)	(151.671)	(154.465)
Tributos s/ Receita Operacional Bruta	(146.180)	(143.852)	(142.729)
Encargos do Consumidor	(9.794)	(7.819)	(11.736)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	410.219	346.280	378.411
RECEITAS/(CUSTOS/DESPESAS) OPERACIONAIS	(459.297)	(451.957)	(386.243)
Custo da Energia Comprada	(309.062)	(291.174)	(249.488)
Energia elétrica comprada para revenda	(250.247)	(242.788)	(206.082)
Encargos de uso da rede elétrica	(21.317)	(13.407)	(22.507)
Energia elétrica comprada para revenda - Curto Prazo	(52.878)	(35.600)	(20.899)
Ressarcimento de Recursos da CDE		621	
Repasse de Recursos da CONTA - ACR	15.380		
Demais Custos/Despesas Operacionais, Líquidas	(150.235)	(160.783)	(136.755)
Pessoal e Administradores	(49.233)	(66.822)	(43.496)
Serviços de Terceiros	(40.910)	(43.613)	(34.387)
Custo de Construção	(37.766)	(38.045)	(40.983)
Arrendamento	(10.033)	(9.596)	(9.597)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(6.521)	(15.847)	(1.292)
Material	(3.297)	(1.732)	(933)
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(1.516)	3.581	(989)
Gás Comprado pra Revenda	(818)	(946)	(966)
Equivalência Patrimonial	7.833	22.719	2.986
Outras Despesas Operacionais	(25.295)	(26.985)	(22.273)
Outras Receitas Operacionais	17.321	16.503	15.175
EBITDA	(49.078)	(105.677)	(7.832)
Margem EBITDA	-12,0%	-30,5%	-2,1%
Resultado Financeiro	(3.010)	16.238	(6.919)
Depreciação e Amortização	(13.537)	(13.277)	(12.202)
RESULTADO ANTES DAS DEDUÇÕES/PARTICIPAÇÕES	(65.625)	(102.716)	(26.953)
Deduções Antes dos Tributos	(4.771)	(1.193)	(3.998)
IRPJ/CSLL	(4.771)	(1.193)	(3.998)
PREJUÍZO CONSOLIDADO DO PERÍODO	(70.396)	(103.909)	(30.951)
Atribuível ao Acionista Controlador	(74.531)	(113.525)	(32.492)
Atribuível aos Acionistas não Controladores	4.135	9.616	1.541

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

1º Trimestre de 2014

12

ANEXO II – BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço Patrimonial - R\$ mil	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2013
Total Ativo	2.430.526	2.434.831	2.260.720
Circulante	498.073	520.802	414.486
Caixa e Equivalentes de Caixa	91.274	96.786	77.314
Contas a Receber	249.975	308.840	252.262
Aplicações Financeiras	295	295	582
Estoques	32.069	34.615	9.183
Tributos e Contribuições Compensáveis	36.971	29.307	28.165
Demais Créditos	87.489	50.959	46.980
Não Circulante	1.932.453	1.914.029	1.846.234
Aplicações Financeiras			
Contas a Receber	50.775	54.097	97.775
Depósitos e Bloqueios Judiciais	15.091	12.628	13.497
Tributos e Contribuições Compensáveis	22.011	22.199	8.897
Bens Mantidos para Venda			1.714
Ativo Financeiro Indenizável	749.992	729.119	633.457
Demais Créditos	1.827	1.834	1.728
Investimentos	692.371	684.537	662.330
Imobilizado	142.112	138.507	118.711
Intangível	258.274	271.108	308.125
Total Passivo	2.430.526	2.434.831	2.260.720
Circulante	951.928	897.302	602.148
Fornecedores	366.148	344.101	185.514
Obrigações Tributárias	143.592	118.091	76.417
Contribuição de Iluminação Pública	129.031	121.144	65.721
Encargos Regulatórios	43.048	40.301	39.382
Empréstimos e Financiamentos	116.533	119.207	97.558
Obrigações Societárias	32.233	32.233	14.811
Obrigações Sociais e Trabalhistas	35.090	35.124	29.307
Benefícios Pós Emprego	65.440	66.075	63.440
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	4.922	4.850	13.379
Demais Obrigações	15.891	16.176	16.619
Não Circulante	1.004.139	994.765	1.109.149
Fornecedores	25.904	4.552	
Obrigações Tributárias	145.839	145.822	134.101
Empréstimos e Financiamentos	127.828	142.141	206.004
Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.420	2.420	
Benefícios Pós Emprego	282.581	286.670	393.560
Encargos Regulatórios	133.540	127.908	113.855
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	68.396	66.982	41.796
Demais Obrigações	217.631	218.270	219.833
Patrimônio Líquido	474.459	542.764	549.423
Atribuído aos acionistas controladores	235.904	308.344	317.758
Capital Social	342.056	342.056	342.056
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	11.969	11.969	11.969
Ajuste de Avaliação Patrimonial	50.589	48.498	(34.438)
Reserva de Lucros			2.050
Dividendos Adicionais Propostos			29.221
Prejuízos Acumulados	(168.710)	(94.179)	(33.100)
Atribuído aos acionistas não controladores	238.555	234.420	231.665

Comentário de Desempenho



Comentário de Desempenho

Companhia Energética de Brasília S.A – CEB

1º Trimestre de 2014

13

ANEXO III – RECEITA LÍQUIDA POR CLASSE DE CONSUMIDORES – SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

Consumidores	1T14	1T13	1T14	1T13	1T14	1T13
	Consumidores		MWh		Valor	
Residencial	831.571	797.659	590.156	534.348	186.710	185.134
Industrial	1.708	1.708	60.815	60.948	19.338	21.465
Comercial	105.321	102.640	513.638	489.148	159.337	165.568
Rural	9.992	9.856	33.042	30.349	6.945	6.781
Poder Público	5.931	5.228	161.284	153.249	54.104	50.330
Iluminação Pública	19	19	102.476	99.157	17.089	17.176
Serviço Público	315	309	84.267	95.601	18.229	21.633
(=) Fornecimento faturado	954.857	917.419	1.545.678	1.462.800	461.752	468.087
Consumo Próprio	48	47	504	480		
Fornecimento Não Faturado Líquido					(25.190)	(20.658)
Encargo de Capacidade Emergencial					2	2
Aportes Recursos CDE					12.752	
(=) Fornecimento de Energia Elétrica	954.905	917.466	1.546.182	1.463.280	449.316	447.431
Energia elétrica de curto prazo					40.194	9.030
Disponibilização do Sistema de Distribuição					3.921	6.076
Receita de construção					37.766	40.983
Arrendamentos e Aluguéis					5.766	5.640
Outras receitas e rendas					726	1.121
Total da receita operacional					537.689	510.281
Deduções da Receita					(150.179)	(149.413)
Impostos					(93.907)	(94.091)
ICMS					(93.612)	(93.802)
ISS					(295)	(289)
Contribuições					(46.902)	(43.902)
PIS/PASEP					(8.366)	(7.831)
COFINS					(38.536)	(36.071)
Encargos do Consumidor					(9.370)	(11.420)
Encargo de Capacidade Emergencial					(2)	(2)
Programa de Eficiência Energética - PEE					(1.829)	(1.538)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE					(5.710)	(4.476)
Conta de Consumo de Combustível - CCC						(3.866)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D					(1.829)	(1.538)
Receita Operacional Líquida					387.510	360.868

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Objetivo Social

A Companhia Energética de Brasília – CEB (“Companhia” ou “CEB”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, com sede social localizada na cidade de Brasília, no Distrito Federal, SGCVS lote 15 bloco C, 2º E 3º andares, ed. Jade home office, Brasília, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F Bovespa). Em 4 de julho de 1994, a Companhia iniciou a negociação de suas ações na BM&F Bovespa, sob os códigos de negociação CEBR3, CEBR5 e CEBR6, para as ações ordinárias e preferenciais.

A CEB tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a exploração direta ou indireta, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como serviços correlatos.

1.2 Participações societárias

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas estão representadas conforme a seguir:

Empresas	Atividade	31/03/2014	31/12/2013
Participações diretas			
Em controladas			
CEB D	Distribuição	100%	100%
CEB Geração S.A.	Geração	100%	100%
CEB Participação S.A.	Comercialização	100%	100%
CEB Lajeado S.A.	Comercialização	59,93%	59,93%
Companhia Brasiliense de Gás	Gás	17%	17%
Em controlada em conjunto			
Energética Corumbá III S.A.	Geração	37,50%	37,50%
Em coligada			
Corumbá Concessões S.A.	Geração	47,57%	47,57%
Participações indiretas			
Em coligada			
Investco S.A.	Geração	11,99%	11,99%
Outras Participações			
BSB Energética S.A.	Geração	9,00%	9,00%

a) Controladas

- **CEB D** – A CEB Distribuição S.A. (“CEB D”) é uma sociedade anônima, de capital fechado, organizada em conformidade com a Lei Distrital nº 2.710, de 24 de maio de 2001, constituída em 20 de junho de 2005 e com início das suas atividades em 12 de janeiro de 2006, como resultado do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração da Companhia Energética de Brasília - CEB.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CEB D é uma concessionária pública de energia elétrica e tem por objeto principal a distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas no Distrito Federal.

(i) Informações sobre a concessão de distribuição de energia elétrica da CEB D

A CEB D é detentora do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 66/1999, celebrado com a União Federal, por intermédio da ANEEL, com prazo de vencimento em 7 de julho de 2015.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente ao poder concedente ao término do contrato procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

As principais obrigações da CEB D, previstas no contrato de concessão, consistem em:

- i) Fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, pelas tarifas homologadas pelo poder concedente, nos níveis de qualidade e continuidade estipulados na legislação.
- ii) Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, de modo a assegurar a continuidade, a regularidade, a qualidade e a eficiência dos serviços.
- iii) Manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar pela sua integridade. A venda, cessão ou doação em garantia hipotecária dos bens imóveis ou de partes essenciais das instalações depende de prévia e expressa autorização do poder concedente.
- iv) Cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares do serviço, respondendo ao poder concedente, aos usuários e a terceiros, pelas eventuais consequências danosas da exploração dos serviços.
- v) Atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, aos encargos oriundos de normas regulamentares estabelecidos pelo poder concedente.
- vi) Permitir aos encarregados da fiscalização do poder concedente, livre acesso, em qualquer época, às obras, equipamentos e instalações utilizados na prestação dos serviços, bem como aos seus registros contábeis.
- vii) Prestar contas ao poder concedente e aos usuários, segundo as prescrições legais e regulamentares específicas, da gestão dos serviços concedidos.
- viii) Manter as reservas de água e de energia elétrica necessárias ao atendimento dos serviços de utilidade pública.
- ix) Observar a legislação de proteção ambiental, respondendo pelas eventuais consequências de seu descumprimento.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- x) Realizar programas de treinamento, de modo a assegurar, permanentemente, a melhoria da qualidade e mais eficiência na prestação dos serviços concedidos.
- xi) Participar do planejamento setorial e da elaboração dos planos de expansão do Sistema Elétrico Nacional, implementando e fazendo cumprir, em sua área de concessão, as recomendações técnicas e administrativas deles decorrentes.
- xii) Aderir ao Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica e assegurar livre acesso aos seus sistemas de transmissão e distribuição.
- xiii) Integrar o Grupo Coordenador para Operação Interligada - GCOI, operando suas instalações de acordo com as regras vigentes, devendo a concessionária acatar e aplicar quaisquer novas resoluções, recomendações e instruções emitidas pelo GCOI.
- xiv) Respeitar, nos termos da legislação em vigor, os limites das vazões de restrição, máxima e mínima, a jusante de seus aproveitamentos hidrelétricos, devendo considerar, nas regras operativas, a alocação de volume de espera nos reservatórios de suas usinas, de modo a minimizar os efeitos adversos das cheias.
- xv) Efetuar, quando determinado pelo poder concedente, consoante o planejamento para o atendimento do mercado, os suprimentos de energia elétrica a outras concessionárias e às interligações que forem necessárias. Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente que é representado pela ANEEL. Os valores das tarifas são reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A revisão tarifária periódica ocorre a cada quatro anos e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A data da última revisão tarifária da CEB D foi no dia 26 de agosto de 2012. Neste processo, a ANEEL procedeu ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da CEB D, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A CEB D também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da CEB D.

Não poderá ocorrer transferência de controle acionário majoritário da CEB D sem anuência prévia do poder concedente. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão.

(ii) Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da CEB D

Os planos da Administração para o aprimoramento das atividades da Companhia consistem na busca da eficiência administrativa e operacional para garantir, tanto a renovação da Concessão do Serviço Público de

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Distribuição de Energia Elétrica no DF, de forma sustentável, com retorno compatível aos investimentos realizados e em curso, quanto a eficiência técnica no atendimento aos consumidores do Distrito Federal.

A Administração tem desenvolvido medidas para a redução de seu custeio visando a atingir a necessária liquidez da Companhia. Estas medidas se baseiam em estudos já realizados e em processo de implantação, tais como: redução de valores na rubrica serviços de terceiros; ajustes de componentes de custeio de pessoal; ajuste da estrutura organizacional; e a priorização das obras de maior impacto na prestação do serviço aos consumidores de energia elétrica do Distrito Federal.

Dentre as medidas em curso e de grande repercussão econômica e financeira ressaltam-se:

- a) a reavaliação do Plano de Saúde, objetivando a implantação de uma nova modalidade de plano assistencial lastreada em estudos técnicos;
- b) a adoção de ação judicial para o interruptivo de prescrição, referente aos valores despendidos do plano assistencial dos ex-empregados da CEB, em decorrência do cumprimento ao art. 4º, da Lei 3.010/2002, que imputa a responsabilidade financeira desse plano à CEB, na falta de indicação de fonte de custeio pelo GDF. Após o levantamento do passivo e os documentos comprobatórios solicitado à FACEB, a CEB cobrará judicialmente, o passivo dos valores gastos até o presente momento, além solicitar a indicação da fonte para os períodos seguintes; e
- c) a alienação de imóveis inservíveis à Concessão.

Ainda nesse contexto, a administração está em processo de negociação com o Poder Executivo para reconhecer a dívida de consumo de energia elétrica dos órgãos do Governo do Distrito Federal – GDF, e quitação do montante para com a Companhia, débitos já reconhecidos nos processos de prestações de contas anuais. Esses recursos trarão significativa melhoria para a situação econômica e financeira da Companhia (Nota 6 d).

Importante ressaltar que a CEB D vem desenvolvendo um plano investimento, o maior de toda a sua história, para recuperar a capacidade técnica-operativa do sistema de distribuição de energia elétrica do Distrito Federal e, também, para atender ao crescimento do mercado consumidor. Os resultados alcançados já estão sendo desfrutado pela população atendida, o que se pode comprovar pela melhoria dos indicadores de frequência e de tempo das interrupções no fornecimento de energia elétrica, bem como pelo considerável aumento da capacidade e da confiabilidade no fornecimento de energia elétrica, devido às interligações das fontes de suprimento, propiciado pelas obras executadas e em operação comercial. Outras tantas previstas, algumas em fase final de execução, melhorarão ainda mais esses indicadores de qualidade.

Esse plano de investimentos contempla obras com a proposta de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, por meio de linha excepcional para atendimento a projetos de interesse para a Copa do Mundo de Futebol de 2014. O projeto está em pauta no BNDES e na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. A operação almeja, ao final, o alongamento da dívida contraída pela CEB D em 2002 para honrar os gastos com custo de energia contraídos durante o racionamento de 2001.

O sucesso do plano de investimentos, aliado ao enorme esforço empresarial para a recuperação da qualidade e da confiabilidade do sistema elétrico do DF, permitirá maior celeridade ao processo de recuperação da empresa, mediante o reconhecimento de remuneração tarifária dos investimentos realizados, cujo efeito deverá acontecer na revisão tarifária de 2016.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ainda, destacam-se os valores da Conta de Compensação de Valores de Itens da Parcela A - CVA em processamento, considerando, principalmente os custos adicionais com o despacho termoeletrico, em decorrência da crise energética pelo baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas. A CEB D possui uma diferença a receber de CVA, relativa ao período de agosto/2012 a julho/2013, que não foi reconhecida na época do reajuste tarifário de 2013. Inclui-se também, o impacto econômico da despesa de energia reconhecida em novembro de 2013, em virtude da não aplicabilidade da REN nº 165/2005 ao Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado entre a Corumbá Concessões S.A. e a Companhia Energética de Brasília – CEB, o qual será contemplado no reajuste tarifário de 2014, segundo diretrizes estabelecidas pelo órgão regulador.

A toda evidência, importa destacar a postura extremamente proativa do Acionista Majoritário, cujas ações, em especial, resultaram em significativos aportes nos últimos exercícios, bem como a iniciativa para o reconhecimento de dívidas pendentes com a CEB D, demonstram de forma inequívoca, o compromisso do Governo do Distrito Federal em garantir a plena recuperação e continuidade das operações da Companhia.

(iii) Prorrogação das concessões

Medida Provisória nº 579 e Decreto Lei nº 7.805

O Governo Federal oficializou, por meio da Medida Provisória nº 579/2012 assinada em 11 de setembro de 2012, e convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, a redução nos custos de energia elétrica para consumidores residenciais e industriais e as regras para renovação das concessões de Geração, Transmissão e Distribuição vincendas entre 2015 e 2017. Para as concessões de Distribuição haverá condições específicas a serem estabelecidas pela ANEEL em contrato de concessão e/ou seus termos aditivos. Adicionalmente, a referida Lei elimina os encargos setoriais CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) e RGR (Reserva Global de Reversão), e reduz o encargo CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) em 75%.

Em 24 de janeiro de 2013, conforme disposto na Medida Provisória nº 579/2012, assinada em 11 de setembro de 2012, e convertida na Lei nº 12.783 em 11 de janeiro de 2013, a ANEEL efetuou o cálculo da Revisão Tarifária Extraordinária – RTE para a CEB D, por meio da Resolução Homologatória Nº 1.446, de 24 de janeiro de 2013 que homologou as novas tarifas de energia para a Companhia, apurando uma redução média de 18,11% para os consumidores residenciais de baixa tensão. Para as demais classes de consumidores, os efeitos variaram entre 15% e 22%. A redução média da receita regulatória, considerada para o cálculo da RTE ocorrida em 2013 foi de 17,38%.

Para a Companhia a concessão poderá ser prorrogada, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço, a modicidade tarifária e o atendimento aos critérios de racionalidade operacional e econômica.

A prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica dependerá da aceitação expressa das condições estabelecidas no contrato de concessão e/ou nos termos aditivos. A partir da decisão do Poder Concedente pela prorrogação, a Companhia deverá assinar o contrato de concessão e/ou os termos aditivos no prazo de até trinta dias contados da convocação.

(v) Reajuste Tarifário

O reajuste tarifário acontece anualmente e tem por objetivo repassar os custos não gerenciáveis da concessão (energia comprada para fornecimento, encargos setoriais e encargos de transmissão) e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio da Resolução Homologatória nº 1.589, de 20 de agosto de 2013, estabeleceu o reajuste tarifário anual da CEB D. O reajuste médio, que passou a vigorar a partir de 26 de agosto de 2013, ficou em 7,64% para o período de 12 meses, sendo 9,22% o reajuste econômico e de -1,58% relativos aos componentes financeiros pertinentes.

O efeito médio desse reajuste sobre as tarifas dos consumidores foi de 6,10%, sendo de 6,43% para os consumidores atendidos em alta tensão e de 5,94% para aqueles atendidos em baixa tensão.

(vi) Efeitos da Validação da Base de Remuneração Regulatória

A Resolução Homologatória nº 1.335/2012 estabeleceu o resultado provisório da Terceira Revisão Tarifária Periódica da CEB D, em função da validação da Base de Remuneração e a Resolução Homologatória nº 1.588/2013 estabeleceu o resultado definitivo da Terceira Revisão Tarifária Periódica. Os efeitos da provisoriedade de Base de Remuneração foram percebidos no Reajuste Tarifário Anual, em agosto de 2013, e resultou na devolução para os consumidores da área de concessão da empresa, uma redução de 0,35% em relação às tarifas originalmente calculadas.

(vii) Aportes de Recursos da CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE foi criada originalmente pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, visando o desenvolvimento energético dos estados.

A CDE tem como finalidade promover a universalização do serviço de energia elétrica; garantir recursos para atendimento da subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa dos consumidores Residencial Baixa Renda; prover recursos para os dispêndios da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC); prover recursos e permitir a amortização de operações financeiras vinculados à indenização por ocasião da reversão das concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária; promover a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e da Medida Provisória nº 605, vigente no período de 23 de janeiro a 3 de junho de 2013, a CDE teve seu rol de destinações ampliado, quais sejam: prover recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de distribuição e nas tarifas de energia elétrica (na vigência da MP 605/2013); e prover recursos para compensar o efeito da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica, assegurando o equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição (na vigência da MP nº 605/2013).

Em caráter excepcional, visando atenuar os efeitos da conjuntura hidrológica desfavorável, diante das medidas empreendidas pelo Governo Federal em prol da modicidade tarifária, foi publicado o Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, que introduziu novas alterações nos instrumentos de repasse de recursos da CDE. Assim, a CDE passou a prover ainda: recursos para o risco hidrológico, exposição involuntária, ESS por segurança energética e o valor integral ou parcial do saldo positivo acumulado pela Conta de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA, de que trata a Portaria Interministerial nº MME/MF nº 25/2002, relativo ao ESS e à energia comprada para revenda (CVA Energia e CVA ESS). Esse repasse terá apuração anual, nos processos de reajuste e revisão tarifária das concessionárias de distribuição realizada no período de março de 2013 a fevereiro de 2014.

Sendo assim, a Resolução Homologatória 1.589/2013 que reajustou as tarifas da CEB D, estabeleceu também, um valor mensal correspondente a R\$ 1.763 a ser repassado pela Eletrobrás à Companhia, no período de

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

competência de dezembro de 2013 a julho de 2014, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Em 07 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14, de forma a incluir a neutralização da exposição involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, para a competência de janeiro de 2014, decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes realizado em dezembro de 2013.

Adicionalmente, em 2 de abril de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.221/2014 garantindo o direito das distribuidoras de reembolso dos custos extraordinários provenientes de energia termoeletrica através de contratos por disponibilidade além daquelas adquiridas no mercado de curto prazo para o período de fevereiro até dezembro de 2014. O decreto define que caberá à CCEE contratar operações de crédito destinadas à cobertura prevista no parágrafo anterior e gerir a CONTA-ACR, assegurando o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

A CONTA-ACR foi criada por meio do Decreto nº 8.221/2014 e regulamentada pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 612/2014. Ela tem por finalidade cobrir os custos adicionais das distribuidoras de energia elétrica pela exposição involuntária no mercado de curto prazo e pelo despacho termelétrico dos contratos por disponibilidade.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é a responsável pela gestão dessa conta e pela contratação das operações de crédito, além de assegurar o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Tais operações custearão as despesas de fevereiro até dezembro de 2014. Também cabe à CCEE prestar as garantias necessárias aos credores das operações de crédito, incluindo cessão fiduciária dos direitos creditórios e do saldo da Conta - ACR.

O valor mensal que será repassado a cada concessionária é homologado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio de Despacho da Superintendência de Regulação Econômica – SRE e considera a cobertura tarifária vigente. Até o momento, já foram publicados os Despachos referentes aos meses de fevereiro e março de 2014 (Despachos nºs 1.256/2014 e 1.443/2014, respectivamente).

Esses repasses foram reconhecidos nestas Informações Contábeis Intermediárias, em 31 de março de 2014, como uma compensação dos custos com energia elétrica comprada no montante de R\$ R\$ 15.380 (Nota 25b).

O recolhimento dos valores repassados pela União será realizado por meio de quotas da CDE, a partir dos processos tarifários de 2015, com atualização do IPCA.

(viii) Renovação da Concessão

O Contrato de Concessão da Companhia nº 066/1999 - ANEEL foi celebrado com a ANEEL (representando o Poder Concedente) em 26 de agosto de 1999 e tem vigência até 7 de julho de 2015. Nele está prevista a possibilidade de renovação por mais vinte anos, desde que subordinada ao interesse público e que o pedido fosse apresentado até 36 (trinta e seis) meses antes do término do prazo contratual, ou seja, até 7 de julho de 2012.

Em 29 de junho de 2012, a CEB D protocolou na ANEEL sob o nº 48513.022210/2012-00 o requerimento de prorrogação de Concessão de exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal, anexando, para tanto, os comprovantes de regularidade e adimplemento, conforme exigência contratual vigente.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nos termos da Medida Provisória nº 579 de 12 de setembro de 2012 e do Decreto nº 7.805 de 17 de setembro de 2012, em 5 de outubro de 2012 a CEB D ratificou, protocolo ANEEL nº 48513.033465/2012-00, o pedido de prorrogação da concessão de exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no Distrito Federal por um período adicional de 30 (trinta) anos.

Em 11 de janeiro de 2013, a Medida Provisória foi convertida na Lei 12.783, entre outros, “dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária” e no Capítulo II trata “DA PRORROGAÇÃO DAS CONCESSÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA”. Especificamente o Art. 7º estabelece a possibilidade de prorrogação das concessões, entre outras, as de distribuição de energia elétrica (a critério do poder concedente) por uma única vez pelo prazo de até 30 (trinta) anos.

Em 17 de janeiro de 2014, a ANEEL manifestou-se sobre o requerimento de prorrogação dos Contratos de Concessões vincendos em 2015 e 2017 informando que, dentro de sua competência regulatória, realiza a análise dos requerimentos de prorrogação das concessões de distribuição, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação ou a rejeição de tais pedidos.

Conforme consta no Contrato de Concessão, na análise do pedido de prorrogação, a ANEEL levará em consideração todas as informações sobre o serviço público de distribuição de energia elétrica prestado, devendo aprovar ou rejeitar o pleito dentro do prazo acima previsto. O deferimento do pedido levará em consideração o cumprimento dos requisitos de serviço adequado, por parte da concessionária, conforme relatórios técnicos fundamentados, emitidos pela fiscalização da ANEEL.

- **CEB Geração S.A.** – sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 2.648, de 26 de dezembro de 2000, constituída como subsidiária integral, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica.

(i) Prorrogação das concessões

Medida Provisória nº 579/12 convertida na Lei nº 12.783/13 e Decreto Lei nº 7.805/12

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores residenciais e industriais, publicou a Medida Provisória nº 579 (“MP 579”). Em 14 de setembro de 2012, o Decreto Lei nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que foi estabelecido na MP 579. Esta Medida Provisória permitiu aos concessionários com contratos vencendo entre 2015 e 2017, a possibilidade de prorrogação das suas concessões, mediante condições nela estabelecidas.

Para as concessionárias de geração, as principais condições referem-se à mudança para um regime tarifário, com revisões periódicas e quando da renovação haverá indenização dos ativos residuais pelo Valor Novo de Reposição – VNR. Os investimentos futuros deverão ser submetidos previamente à aprovação do agente regulador. A remuneração dos geradores pela operação e manutenção, deverá ser definida em normatização específica que será elaborada pela ANEEL.

Conforme noticiado pelo Governo, essa medida deverá reduzir as tarifas de energia elétrica em 20,2%, em média (16,2% para residenciais e de 19,7% a 28% para os consumidores industriais) e baseia-se em dois pontos principais:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) eliminação dos encargos setoriais RGR e CCC e redução da CDE, que contribuirá para a redução das tarifas finais em 7%; e
- (ii) definição de novas condições para a prorrogação de contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição, com datas de vencimento entre 2015 e 2017, com um impacto médio de 13,2% nas tarifas finais.

A subsidiária integral CEB Geração S.A., possui 2 (duas) concessões de geração de energia, conforme descrito a seguir:

- (i) UTE Brasília, outorgada pela Portaria do Ministério de Minas Energia - MME no. 255, e termo final da concessão em 7/7/2015. Para essa concessão, a Companhia apresentou à ANEEL, no dia 15 de outubro de 2012, requerimento de prorrogação da concessão de geração de energia elétrica destinada a serviço público, definida como Usina Termelétrica.

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, a Companhia comunicou aos acionistas da Companhia Energética de Brasília – CEB e aos demais segmentos do mercado de capitais, que a subsidiária integral CEB Geração S.A. protocolou no dia 15 de outubro de 2012, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o pedido de prorrogação da concessão de geração de energia elétrica destinada a serviço público relativo à Usina Termelétrica de Brasília, conforme consta na Medida Provisória nº. 579, de 11 de setembro de 2012 e na aprovação na 35ª Assembleia Geral Extraordinária da CEB Geração S.A.

- (ii) UHE Paranoá, outorgada pelo Decreto no. 65.664, de 29/10/69 e prorrogada pela Portaria MME no. 255, e termo final da concessão em 29 de outubro de 2019.

Considerando que a concessão da UHE Paranoá expira apenas em 2019, as regras introduzidas pela MP 579 não se aplicam a essa concessão neste momento.

Contingências Jurídicas Dos Terrenos Da Usina Hidrelétrica Do Paranoá

Tramita perante o TJDF a ação judicial (processo nº 115.748-8/2008) proposta por Sandra dos Santos Jacinto Motta Paes contra a CEB Geração S.A, cujo objeto é a instituição de passagem forçada na estrada de acesso a UHE Paranoá. Caso a ação judicial seja julgada procedente, não deverá ensejar despesas de qualquer natureza a Companhia pelo uso da via de acesso. O processo se encontra aguardando a sentença.

Consta também, em tramitação no TJDF o Processo nº 2002.01.1.085001-7, em que a CEB Geração S.A não é parte, onde é questionada da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP parte da propriedade o imóvel onde está localizada a UHE Paranoá pelo espólio de Sebastião de Souza e Silva e Outros, o que vem dificultando a regularização da situação dominial do imóvel pela CEB Geração S.A, não interferindo nas suas atividades de geração de energia.

- **CEB Participações S.A. – CEBPar** – sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 1.788 de 27 de novembro de 1997, constituída como subsidiária integral, atuando na compra e venda de participações acionárias ou cotas de outras empresas energéticas, de telecomunicações e de transmissão de dados, majoritária ou minoritariamente.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A sociedade também atua na comercialização da energia elétrica, na proporção de sua cota-parte de 17,5% no Consórcio CEMIG-CEB, produzida pela Usina Hidrelétrica de Queimado, na condição de produtora independente de energia elétrica.

- **CEB Lajeado S.A.** – sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Lei Distrital nº 2.515 de 31 de dezembro de 1999, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 59,93% (cinquenta e nove vírgula noventa e três por cento) do total das ações e 100% das ações ordinárias. As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, detém 40,07% (quarenta vírgula zero sete por cento) do total das ações e 100% das ações preferenciais da controlada.

A CEB Lajeado S.A. em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e a Paulista Lajeado Energia S.A. são titulares de ações representativas de 100% do capital votante da INVESTCO S.A, sobre este capital a CEB Lajeado S.A detém 20% de participação.

As referidas sociedades, juntamente com a Investco, são parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado” cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir de 16 de dezembro de 1997.

- **Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS** – sociedade de economia mista, autorizada pela Lei Distrital nº 2.518 de 10 de janeiro de 2001, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, com 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias, e 17% do total das ações.

(i) **Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da CEB Gás**

A CEB Gás entrou em operação parcial em 08 de novembro de 2007. A operação parcial é realizada através do suprimento de gás natural liquefeito, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição a partir da celebração de contratos de compra e venda com seus distribuidores no Brasil. Para que sua operação seja plena, faz-se necessária a viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o gasoduto Brasil – Bolívia ao Distrito Federal.

(b) **Controlada em conjunto com outros acionistas**

- **Energética Corumbá III S.A.** – sociedade por ações de capital fechado, constituída em 25 de julho de 2001, concessionária do serviço público de energia elétrica, na condição de produtora independente de energia elétrica. A CEB detém uma participação de 37,5% do capital social, sendo 25,0% das ações ordinárias e 50,0% das ações preferenciais.

(c) **Coligada**

- **Corumbá Concessões S.A.** – sociedade por ações de capital fechado, constituída em 06 de dezembro de 2000, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando na geração de energia elétrica, na condição de produtora independente de energia elétrica. A participação do Grupo no capital social da

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

empresa é de 47,57% (47,57% em 31/03/2014), sendo 45,21% (45,21% em 31/12/2013) de propriedade da CEB e 2,36% (2,36% em 31/12/2013) de propriedade da CEB Participações S.A..

(i) Passivo Contingente – Ressarcimento e perdas e danos

Em dezembro de 2006, o fornecedor e acionista Serveng Civilsan S.A. (“Serveng”) requereu o reconhecimento de compensação por perdas e danos no contrato de obra gerado por atrasos nos recebimentos das faturas no montante de R\$ 31.416, sendo recalculado e atualizado para dezembro de 2009 em cerca de R\$ 71.086. Foi ainda apresentado em julho de 2009 uma complementação desse montante, relativo à correção e juros de mora também gerados pelos atrasos nos pagamentos das faturas que, em valores recalculados para dezembro de 2009, totalizavam R\$ 51.515. Este último deve ser somado ao primeiro valor pleiteado de perdas e danos, totalizando portanto R\$ 122.601 em 31 de dezembro de 2009. Esse montante atualizado para 31 de março de 2014 é de, aproximadamente, R\$ 167.000 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 163.000).

Dando seguimento à matéria, em abril de 2010 (2ª Reunião do Conselho de Administração - RECA), a Corumbá Concessões S.A contratou consultores jurídico e contábil, experts na matéria, para avaliar o pleito e recalculer os valores apresentados pela Serveng, tendo sido em seguida, convocada reunião do Conselho de Administração (4ª RECA de agosto de 2010) para apreciação dos valores resultantes (Serveng versus consultores jurídico e contábil).

Não obstante a apresentação dos consultores, os quais expuseram valores cerca de 41% menores que o pleiteado, os Conselheiros concluíram e fizeram registrar em ata que não dispunham de dados suficientes para deliberar sobre quaisquer dos dois valores (Serveng ou Consultores), naquele momento, autorizando a Diretoria a dar seguimento na matéria mantendo o Conselho informado.

Em 16 de dezembro de 2010, a Serveng Civilsan S.A., dando continuidade à sua demanda, instaurou o procedimento arbitral junto à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de São Paulo – CIESP, de forma que seja dado andamento ao seu pleito.

Após realização de perícia técnica, foi realizada audiência de instrução e julgamento na data de 04 de dezembro de 2013, na sede da Corte Arbitral, onde foram ouvidos os peritos, e testemunhas arroladas pela Serveng, após, foi deferido prazo para a Companhia ofertar minuta rechaçando os pareceres ofertados pela Serveng, acerca do tema “prescrição”, em obediência aos princípios da ampla defesa e do contraditório. A Corumbá Concessões S.A ofertou tempestivamente minuta rechaçando as alegações da Serveng, com lastro em 02 (dois) sólidos pareceres jurídicos.

Por conseguinte, as partes ofertaram suas alegações finais na data de 18 de fevereiro de 2014.

Atualmente, a demanda se encontra em fase de conclusão para Sentença pela Câmara de Arbitragem, a qual se manifestará oficialmente sobre a demanda no prazo estimado de 60 (sessenta) dias a partir do dia 23 de abril de 2014.

Desta forma, tendo em vista a indefinição quanto aos valores e prazos, bem como a não resolução desse assunto em fórum administrativo, e uma vez que não se trata ainda de assunto em âmbito judicial, a administração não constituiu provisão em face de eventuais desembolsos relacionados a esse evento, por considerar grande indefinição relacionada a essa demanda.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Investco** (investida direta da CEB Lajeado S.A.) – Empresa de capital aberto que tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado). A CEB, detém através de sua Controlada CEB Lajeado S.A. uma participação direta no capital social total da Investco S.A de 16,98%. Deste total, 20,0% são representados por ações ordinárias, 20,0% de ações preferenciais classe R, 6,02% de ações preferenciais classe A e 20% de ações preferenciais classe B.

A Investco, juntamente com as sociedades empreendedoras, é parte do consórcio denominado “Consórcio Lajeado” cujo objeto é a exploração compartilhada da concessão de uso de bem público para a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 e respectivos aditivos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias.

(d) Outras Participações

- **BSB Energética S.A.** – Sociedade por ações, constituída em 24 de março de 2000, para explorar Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, com potência global máxima instalada de 200 MW e, estatutariamente, está autorizada a participar de outros empreendimentos ou sociedades, seja como acionista ou quotista. A CEB detém uma participação acionária de 9,00% do capital social da BSB Energética S.A.

1.3 Concessões das operações

A CEB e suas controladas e controladas em conjunto detêm junto à ANEEL e ANP, as seguintes concessões:

Investidas	Localização	Data do Ato	Data de Vencimento
Distribuição			
CEB D S/A	Brasília – DF	20.06.2005	07.07.2015
Geração			
CEB Participações S/A	Brasília – DF	26.01.2000	18.12.2032
CEB Geração S/A	Brasília – DF	14.09.2005	20.10.2019
Energética Corumbá III	Brasília – DF	07.11.2001	07.11.2036
CEB Lajeado S/A	Brasília – DF	31.12.1999	15.12.2032
Outros			
Companhia Brasileira de Gás S/A - CEBGÁS	Brasília – DF	23.03.2001	09.01.2030

2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de Preparação

As Informações Contábeis Intermediárias da Companhia foram preparadas para o período findo em 31 de março de 2014 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e também de acordo com IFRS e estão de acordo com o IAS - “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 (R1) que tratam das demonstrações intermediárias.

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Contábeis Intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Contábeis anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, arquivadas em 25 de abril de 2014, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2013.

A autorização para a emissão destas Informações Contábeis Intermediárias ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 01/08/2014.

2.2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Informações Contábeis Intermediárias, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas nas Demonstrações Contábeis anuais da Companhia, acima mencionadas. No período findo em 31 de março de 2014, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

2.3 Adoção de Novas Práticas a Partir de 1º de janeiro de 2014

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014 e não foram adotados antecipadamente. Na análise da Administração estes pronunciamentos não trarão impactos significativos para as Demonstrações Contábeis.

Alteração do IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação - Essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil.

IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos - Essa alteração introduz requerimentos de divulgações da mensuração dos valores recuperáveis dos ativos, em decorrência da emissão do IFRS 13.

O IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

2.4 Legislação Tributária

Em 14 de maio de 2014 a Medida Provisória nº 627 foi convertida na Lei 12.973/2014. Este novo normativo trata de forma geral, da distribuição de dividendos e de juros sobre capital próprio e definem que para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) da pessoa jurídica sujeita ao RTT – Regime Tributário de Transição, devem ser considerados os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, dentre outras disposições.

A Companhia amparada pelo diagnóstico realizado avaliou os possíveis impactos de sua aplicabilidade até o ano base de 2014 e não identificou efeitos relevantes sobre suas informações contábeis. A Companhia não optou pela aplicação dos efeitos da Lei 12.972/2014 para o ano-calendário de 2014, conforme prevê o artigo 75, desta forma os impactos dessa Lei deverão ocorrer somente a partir de 1º de janeiro de 2015.

3 RECLASSIFICAÇÕES NAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 31/03/2013

Alguns saldos das Informações Contábeis Intermediárias referentes aos períodos findos em 31 de março de 2013 e Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2013, estão sendo reclassificados para fins de comparação com as Informações Contábeis Intermediárias do período findo em 31 de março de 2014. A Companhia decidiu ajustar os saldos comparativos de 31 de março de 2013 e de 31 de dezembro de 2013 com o objetivo de manter a melhor comparação e apresentação dos saldos.

Itens	Demonstrações Contábeis	Saldos em 31/03/2013		Rubrica reclassificada	
		Controladora	Consolidado	De	Para
Contribuição de Iluminação Pública (a)	BP		65.721	Encargos Regulatórios	Contribuição de Iluminação Pública
Consumidores (a)	BP		10.108	Encargos Regulatórios	Demais Obrigações
Pessoal (c)	DRE, DVA	1.480	1.459	Natureza - Serviços de Terceiros	Natureza – Pessoal

a) Balanço Patrimonial

No Balanço patrimonial foram realizadas as seguintes reclassificações:

Contribuição de Iluminação Pública: Reclassificada de Encargos Regulatórios para uma linha específica para uma melhor apresentação. A Contribuição de Iluminação Pública é uma taxa cobrada dos consumidores e que é

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

repassada ao Governo do Distrito Federal – GDF, sendo a CEB o agente responsável pelo faturamento e repasse dos valores arrecadados ao GDF.

Consumidores: Reclassificada de Encargos Regulatórios para Demais Obrigações por representar obrigações que o Grupo tem a devolver/restituir aos consumidores. A rubrica Consumidores representa um grupo de conta que inclui: valores arrecadados em duplicidade ou a maior, restituições e tributos).

b) Demonstração do Resultado

Os serviços classificados na natureza de Serviços de Terceiros ligados ao Custo dos Serviços Prestados vinham sendo classificados na função Despesas Gerais e Administrativas, após análises destes serviços, verificou-se que a classificação adequada para estes serviços é na função Custos dos Serviços Prestados – Custo da Operação. Esta reclassificação visa uma melhor apresentação tanto para fins societários como gerencial.

c) Demonstração do Valor Adicionado

A reclassificação entre as naturezas de pessoal e serviços de terceiro ocorreu para a uniformização dos procedimentos de classificação dos custos/despesas com pessoal que vinham sendo classificados pelas controladas em desacordo com o plano de contas do Setor Elétrico. Nestes custos/despesas com pessoal estão inclusos: empregados em comissão, pessoal cedido pela CEB D às controladas e pessoal requisitado de outros órgãos. Na demonstração do resultado, houve alteração apenas nas naturezas sem afetar os valores já registrados nas funções.

4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

4.1 Fatores de risco

A Administração da CEB e de suas controladas têm total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada Empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A CEB, por meio de seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Risco de Crédito

A Controlada CEB D está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor, a concessionária tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas. Com 75% do consumo de energia baseado nos consumidores residenciais, comerciais e industriais, a concessionária bem como o Grupo apresentam níveis baixos de risco de crédito. Seus maiores devedores continuam sendo os órgãos públicos, responsáveis por cerca de 20% do consumo total. Com relação aos procedimentos de cobrança, a Administração efetua o acompanhamento sistemático e individual junto aos seus clientes, encaminhando ao Serasa as inadimplências persistentes. A CEB D possui, ainda, linha de parcelamento a eventuais devedores, objetivando manter liquidez de seus faturamentos.

Demais Controladas e Coligadas e Controladas em conjunto – São empresas que possuem como principal cliente a CEB D. O principal fator mitigador de risco é a forte regulamentação setorial, uma vez que os custos dessas contratações estão incorporados na Parcela “A” das tarifas da distribuidora, garantindo o efetivo repasse mensal dos fornecimentos realizados.

Além dos aspectos aventados, a Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela forte regulação setorial emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante à concessionária riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de rating. Destaca-se, finalmente, que a distribuidora, utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto.

(b) Risco de liquidez

O Grupo, em especial a CEB D, tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por meio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia, denominado COEX – Colegiado de Executivos, que recomenda ações à Administração.

No que concerne ao acompanhamento de caixa, a Administração tem buscado efetividade no gerenciamento orçamentário, com a contratação de recursos de baixo custo financeiro visando ao financiamento de seu CAPEX.

Os planos da Administração para manutenção das atividades da concessionária passam, entre outros, na venda de ativos não operacionais, na rentabilidade futura dos investimentos em andamento, na capacidade de obter novas linhas de financiamentos e na renovação da concessão, cujo término do atual contrato ocorrerá em julho de 2015. Assim, as demonstrações contábeis dessa investida foram elaboradas no pressuposto de continuidade

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

normal dos negócios da concessionária e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a controlada continuar operando.

O fluxo de pagamentos para os passivos financeiros de todo o Grupo é apresentado como segue:

	Valor	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5
Passivos financeiros não Derivativos (consolidado)						
Fornecedores	392.052	318.549	47.599	25.904		
Obrigações Tributárias	289.431	143.592		145.839		
Contribuição de Iluminação Pública	129.031	54.000	54.000	21.031		
Encargos Regulatórios	165.521	15.991	15.990	40.062	93.478	
Empréstimos e Financiamentos	244.361	76.863	52.912	54.290	49.429	10.866
Obrigações Societárias	32.233	32.233				
Obrigações Sociais e Trabalhistas	37.510	25.902	5.723	4.333	1.553	
Benefícios Pós Emprego	348.021	22.558	22.558	45.116	135.348	122.441
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	73.318	2.461	2.461	5.490	62.906	
Demais Obrigações	244.589	26.958		217.631		
Total	1.956.067	719.107	201.243	559.696	342.714	133.307

(c) Risco de taxa de juros

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem relevantemente os créditos a receber na data-base do balanço e os empréstimos passivos. Vide detalhamento desses encargos nas Notas 6 e 19, respectivamente.

Consequentemente, as variações positivas e negativas dos indexadores e juros atreladas a esses ativos e passivos afetam diretamente o resultado do Grupo. Demonstramos a seguir a análise de sensibilidade das variações das taxas:

(c1) Análise de Sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações nas taxas CDI, TJLP e IGPM. A Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2015, as taxas CDI, TJLP e IGP-M serão de 11,60%, 5,00% e 5,67%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

	Possível	Remoto
CDI	14,50%	17,40%
TJLP	6,25%	7,50%
IGP-M	7,21%	8,66%

Fica registrado que os empréstimos contratados com taxas pré-fixadas não foram objeto de avaliação.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Alta do CDI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/03/2014		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		11,60%	14,50%	17,40%
Efeito da Variação do CDI	113.968	127.188	130.493	133.798
		(13.220)	(16.525)	(19.830)
Alta do CDI	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2013		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		11,05%	13,81%	16,58%
Efeito da Variação do CDI	130.256	144.649	148.248	151.846
		(14.393)	(17.992)	(21.590)

Alta da TJLP	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/03/2014		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		5,00%	6,25%	7,50%
Efeito da Variação da TJLP	86.362	90.680	91.760	92.839
		(4.318)	(5.398)	(6.477)
Alta da TJLP	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2013		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		5,00%	6,25%	7,50%
Efeito da Variação da TJLP	90.842	95.384	96.520	97.655
		(4.542)	(5.678)	(6.813)

Alta do IGPM	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/03/2014		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		5,77%	7,21%	8,66%
Efeito da Variação do IGPM	37.138	39.281	39.817	40.352
		(2.143)	(2.679)	(3.214)
Alta do IGPM	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2013		
		Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
		4,96%	6,20%	7,44%
Efeito da Variação do IGPM	40.250	42.572	43.153	43.734
		(2.322)	(2.903)	(3.484)

Impactos no Resultado	31/03/2014	31/12/2013
Cenário Possível - Cenário Provável		
CDI	(3.305)	(3.598)
TJLP	(1.080)	(1.136)
IGPM	(536)	(581)
Cenário Remoto - Cenário Provável		
CDI	(6.610)	(7.197)
TJLP	(2.159)	(2.271)
IGPM	(1.071)	(1.161)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Risco Cambial

Relativamente à aquisição de energia para revenda, a CEB D está exposta à oscilação cambial em cerca de 20% do custo total das aquisições, em função da energia oriunda da Itaipu Binacional ter cotação em dólares americanos.

A exposição é minimizada pela Compensação Financeira de Variação dos Itens da Parcela “A”, mecanismo setorial que compensa variações financeiras ocorridas durante o exercício tarifário que, no caso da Distribuidora, situa-se entre os meses de agosto e julho. Nesse sentido, com a garantia de reposição de eventuais perdas financeiras relacionadas ao evento citado, por força das normas do Órgão Regulador, ANEEL, a concessionária não contrata mecanismos de proteção (hedge) para as variações cambiais. Observa-se que não há identificação de outros itens sujeitos à proteção cambial nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

A Companhia e sua Controlada CEB D desenvolveram análise de sensibilidade, conforme determinado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM por meio da Instrução nº 475, de 17.12.2008, que requer que sejam apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, o que reproduzimos de forma a clarear o cenário cambial.

Em 31 de março de 2014, a Administração estimou em um cenário provável que o valor de um dólar americano em 31 de março de 2015 será de R\$ 2,5500 (cenário de um ano). A metodologia utilizada para o cenário provável foi considerar a melhor estimativa para as taxas de câmbio em 31 de março de 2015 com base em fontes externas de taxa de câmbio futuro (Boletim Focus). Por se tratar de uma análise de sensibilidade o impacto no resultado para os próximos 12 meses, foi considerado o saldo da dívida em 31 de março de 2014. Ressaltar-se que o comportamento do saldo da dívida respeitará seus respectivos contratos. Assim, foi confeccionada análise dos efeitos na compra de energia de Itaipu, advindos de eventual elevação no câmbio em relação a 31 de março de 2014.

Alta do dólar	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/03/2014		
		Provável	Possível - 25 %	Remoto - 50 %
	2,2600	2,5500	3,1875	3,8250
	31.510	35.553	44.442	53.330
Efeito da Variação do Dólar		(4.043)	(12.932)	(21.820)
Alta do dólar	Exposição (R\$ mil)	Cenários Projetados – Base 31/12/2013		
		Provável	Possível - 25 %	Remoto - 50 %
	2,3400	2,4100	3,0125	3,6150
	22.677	33.601	42.002	50.402
Efeito da Variação do Dólar		(2.091)	(10.492)	(18.892)
Impactos no Resultado			31/03/2014	31/12/2012
Cenário Possível - Cenário Provável Dólar			(8.888)	(8.400)
Cenário Remoto - Cenário Provável Dólar			(17.777)	(16.801)

Faz-se imprescindível salientar que a Companhia, suas controladas e coligadas não apresentam riscos nas taxas de juros por contratações de empréstimos e/ou financiamentos em moedas estrangeiras.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo.

O objetivo da Administração da Companhia é administrar o risco operacional para todo o Grupo para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e de suas controladas e coligadas, buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas precisam aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

	31/03/2014	31/12/2013
Total dos empréstimos (Nota 19)	244.361	261.348
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(91.274)	(96.789)
Dívida líquida	153.087	164.559
Total do patrimônio líquido	235.904	308.344
Total do capital	388.991	472.903
Índice de alavancagem financeira - %	39,35	34,80

4.3 Instrumentos Financeiros

Os Instrumentos Financeiros do Grupo estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos de Crédito a Receber, Contas a Receber, Ativo Financeiro da Concessão, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações Societárias, Benefícios Pós-Emprego e Encargos Regulatórios, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Classificação

(a) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentadas e a estratégia de investimentos do Grupo. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Nesta categoria foram consideradas as Aplicações Financeiras (Notas 5 e 9).

(b) Empréstimos e Recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem principalmente Caixa e Bancos (Nota 5), Contas a receber (Nota 6) e Títulos de crédito a receber (Nota 8).

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são compostos pelo ativo financeiro indenizável da concessão. (Nota 11).

(e) Passivos financeiros

O Grupo reconhece títulos de dívida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia ou suas controladas e coligadas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Empréstimos e Financiamentos (Nota 19), Fornecedores (Nota 15) e Obrigações Societárias e Encargos Regulatórios (Nota 18).

(ii) Reconhecimento e mensuração

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia ou suas controladas e coligadas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia ou suas controladas e coligadas transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia ou suas controladas e coligadas tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.4 Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.

Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*“non-performance risk”*), incluindo o próprio crédito da Companhia e de suas controladas e coligadas ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nível 1 — Os “inputs” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas e coligadas devem ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pelas empresas.

Nível 2 — Os “inputs” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “inputs” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, o Grupo mensura seus equivalentes de caixa e aplicações financeiras pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

As tabelas abaixo demonstram, de forma resumida, nossos ativos financeiros registrados a valor justo em 31 de março de 2014 e 31 dezembro 2013.

A seguir, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/03/2014			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo	Nível 2	5.040	5.040	76.383	76.383
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	3	3	14.891	14.891
Contas a Receber	Custo Amortizado		4.204	4.204	300.750	300.750
Títulos de Crédito a Receber	Custo Amortizado				1.156	1.156
Disponível para Venda						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			749.992	749.992
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		5.125	5.125	392.052	392.052
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado				244.361	244.361
Obrigações Societárias	Custo Amortizado				32.233	32.233
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				165.521	165.521

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Avaliação	Hierarquia do Valor justo	31/12/2013			
			Controladora		Consolidado	
			Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros						
Valor Justo por meio do Resultado						
Aplicações Financeiras	Valor Justo	Nível 2	8.833	8.833	74.632	74.632
Empréstimos e Recebíveis						
Caixa e Bancos	Valor Justo	Nível 1	62	62	22.154	22.154
Contas a Receber	Custo Amortizado		3.722	3.722	362.938	362.938
Títulos de Crédito a Receber	Custo Amortizado				1.160	1.160
Disponível para Venda						
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo	Nível 3			729.119	729.119
Passivos Financeiros						
Outros Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo Amortizado		6.902	6.902	344.101	344.101
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado				261.348	261.348
Obrigações Societárias	Custo Amortizado				32.233	32.233
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado				168.209	168.209

5 CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Caixa e Bancos conta Movimento	2	62	14.891	22.154
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	5.040	8.833	76.383	74.632
Total	5.042	8.895	91.274	96.786

As aplicações financeiras classificadas no ativo circulante correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais. Todas as operações são de alta liquidez, com recompra diária garantida pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes e a remuneração de 98,00% do Certificado de Depósito Bancário – CDI.

6 CONTAS A RECEBER

(a) Composição do contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-	-	294.802	350.771
Títulos de Créditos a Receber	-	-	25.535	28.294
Serviços Prestados a Terceiros	23.098	22.616	27.737	28.706
Total a Receber Bruto	23.098	22.616	348.074	407.771
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(18.894)	(18.894)	(47.324)	(44.834)
Total a Receber Líquido	4.204	3.722	300.750	362.937
Circulante	4.204	3.722	249.975	308.840
Não Circulante			50.775	54.097

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Valores a receber por idade de vencimento

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 31.03.2014	Total 31.12.2013
Classes de Consumidor					
Residencial	25.718	25.198	30.152	81.068	76.795
Poder Público	8.117	6.058	46.484	60.658	50.999
Comércio, Serviços e Outros	15.880	12.713	23.933	52.526	77.902
Iluminação Pública	5.832		26.100	31.933	38.054
Serviço Público	6.246		1.074	7.320	8.591
Industrial	2.153	1.050	2.229	5.432	5.595
Rural	549	507	2.366	3.423	3.973
Subtotal Consumidores	64.494	45.527	132.339	242.360	261.909
Fornecimento Não Faturado				61.976	87.166
Serviços Prestados por Terceiros	2.336	430	20.332	23.098	22.616
Acordo CAESB (Nota 4e)				8.658	10.134
Energia Elétrica Curto Prazo - CCEE				7.360	17.710
Concessionárias e Permissionárias	4.325		449	4.774	5.426
Parcelamentos a Faturar CP e LP				2.566	4.984
Serviço Taxado	275	250	406	930	1.113
Outros				181	1.360
Arrecadação a Classificar				(3.830)	(4.647)
TOTAL	71.430	46.207	153.526	348.074	407.771
Prov. Crédito Liquidação Duvidosa				(47.324)	(44.834)
Contas a receber líquido	71.430	46.207	153.526	300.750	362.937

(c) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e está constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, incluindo parcelamento de débitos. Engloba os recebíveis faturados e as estimativas dos valores não faturados, até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência.

Segue um resumo das faixas de atraso sujeitas à provisão:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Poder Público - Vencidos há mais de 360 dias	20.100	20.013	42.365	41.580
Iluminação Pública - Vencidos há mais de 360 dias			25.799	25.818
Residencial - Vencidos há mais de 90 dias			13.995	12.647
Comercial - Vencidos há mais de 180 dias			10.540	9.841
Serviço Público - Vencidos há mais de 360 dias			1.025	1.229
Industrial - Vencidos há mais de 360 dias			761	769

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Rural - Vencidos há mais de 360 dias			502	504
Concessionários - Vencidos há mais de 360 dias			80	77
Governo Distrito Federal - Acionista controlador não provisionado	(1.206)	(1.119)	(47.743)	(47.631)
Total	18.894	18.894	47.324	44.834

Em dezembro de 2012, a CEB registrou provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre fatura de serviço (Obra de iluminação pública) prestado. O motivo do provisionamento foi que a Secretária de Estado de Obras do Governo do Distrito Federal não reconheceu a obrigação de liquidar a fatura em função de não haver empenho e ordem de serviço autorizando a execução da obra. A CEB vem discutindo o assunto junto a Secretária de Estado de Obras do Governo do Distrito Federal e envidando esforço no sentido de a dívida seja reconhecida e liquidada pelo Órgão do GDF.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está assim apresentada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	18.894	61.767
Adições		17.543
Baixa para perda - Lei 9.430/96		(32.923)
Reversões		(1.553)
Saldo em dezembro de 2013	18.894	44.834
Adições		6.521
Baixa para perda - Lei 9.430/96		(4.031)
Saldo em 31 de março de 2014	18.894	47.324

No exercício de 2012, iniciou-se o estudo de recuperação de débitos relativos à dedutibilidade fiscal das perdas no recebimento de créditos decorrentes das atividades da pessoa jurídica, segundo os critérios disciplinados pela Lei 9.430/96.

No decorrer do primeiro trimestre de 2014, a CEB D reconheceu como perdas o montante de R\$ 4.031 (R\$ 21.578 em 31/03/2013).

(d) Créditos com o Governo do Distrito Federal (consolidado)

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal e não provisionados conforme quadro acima são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal cujo valor total monta em R\$ 95.917 em 31 de março de 2014 (R\$ 110.484 em 31 de dezembro de 2013) compostos por fornecimento de energia elétrica, serviços de manutenção e obras de iluminação pública, multa, juros e atualização monetária incidentes sobre faturas pagas em atraso no período de 2001 a 2005.

A Administração, com base no atual estágio de cobrança e negociação dos referidos valores, principalmente com o seu controlador, o Governo do Distrito Federal, considera não necessária a constituição de provisão para perdas. A realização desses créditos depende do sucesso dos processos de cobrança e negociações que estão em andamento, e os mencionados créditos podem ser liquidados por valores diferentes daqueles que estão registrados. Os débitos da Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB descritos no item (e) Acordo

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

realizado com o Governo do Distrito Federal foram retirados do quadro abaixo.

Apresentamos a composição dos créditos com o acionista controlador por idade de vencimento, não provisionados:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Saldos Vincendos	2.336	264	21.828	18.005
Vencidos até 90 dias	430	1.838	21.065	23.435
Vencidos de 91 a 360 dias	232	501	5.281	21.413
Vencidos há mais de 360 dias	1.206	1.119	47.743	47.631
Total	4.204	3.722	95.917	110.484

Créditos a receber do GDF vencidos há mais de 360 dias, sem provisão:	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Secretarias de Governo do Distrito Federal	219	219	16.079	15.976
Administrações Regionais	783	696	27.982	27.921
Empresas do GDF	134	134	2.270	2.358
Outras	70	70	1.412	1.376
Total	1.206	1.119	47.743	47.631

(e) Acordo realizado com a Companhia de Água e Esgoto de Brasília - CAESB

Em agosto de 2011, a CEB D celebrou um acordo de parcelamento para liquidação dos créditos da Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB, relativos a encargos por atraso no pagamento de faturas de energia elétrica. O valor dos créditos reconhecido no referido Acordo de Parcelamento corresponde à quantia de R\$ 28.237, dividido em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais fixas, atualizadas pelo INPC até a data da renegociação e acrescidas de encargos de 1% ao mês. Apresentamos a seguir, o montante em 31 de março de 2014:

Valor original do débito	14.800
Encargos Financeiros	7.539
Valor dívida reconhecida	22.339
Encargos a transcorrer	5.898
Valor do parcelamento na data do Acordo	28.237
Amortização	(18.825)
Ajuste a Valor Presente	(754)
Valor do parcelamento em 31/03/2014	8.658
Circulante	6.066
Não Circulante	2.592

O acordo celebrado com a CAESB não contemplou nenhum tipo de desconto sobre o valor original do contas a receber.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	3.415	3.415	16.872	15.457
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	668	668	6.231	5.248
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.227	3.197	3.501	3.377
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações – ICMS			24.072	23.264
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS			3.849	840
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	70	80	2.595	2.113
Programa de Integração Social - PIS	387	387	1.222	569
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF	544	544	544	544
Outros			96	94
Total	8.311	8.291	58.982	51.506
Circulante	8.311	8.291	36.971	29.307
Não circulante	-	-	22.011	22.199

Os valores relativos ao Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às antecipações feitas no período com as retenções-fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser Lucro Real Anual. A utilização dos créditos do ICMS é diferida em 48 parcelas mensais, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da Controlada CEB D são passíveis de ser compensados com os débitos do ICMS sobre faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

(d) Ativos Fiscais Diferidos não Reconhecidos

A Companhia e sua Controlada CEB D não registram os efeitos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social (crédito tributário), decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido até que os planos de recuperação econômico-financeira da Companhia resultem na apuração de lucro tributável sustentável. Segue abaixo o demonstrativo das diferenças temporárias em 31 de março de 2014:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Diferenças Temporárias				
Contingências Regulatórias			17.592	3.221
Contingências Cíveis			2.104	2.104
Contingências Trabalhistas	11	22	2.290	2.302
Contingências Fiscais	2.744	2.772	2.744	2.772
Provisão para Participação nos Lucros e Resultados			623	623
Devedores Duvidosos	6.424	6.400	16.462	15.591
Perda Atuarial dos Planos de Benefícios Pós-Emprego			14.100	13.425
Outras Provisões			3.335	3.438
Subtotal	9.179	9.194	59.250	43.476
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	34.718	34.723	62.214	62.219

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Total	43.897	43.917	121.464	105.695

8 DEMAIS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Serviços em Curso (a)	6.109	4.662	26.434	22.117
Recursos da Conta Centralizadora - ACR - Dec. 8221/14 (e)			15.380	
Aportes da CDE – Decreto 7.945/2013 (d)			13.373	621
Dividendo/JSCP s a Receber	11.539	11.539	10.256	10.256
Desativações em Curso (b)			7.365	6.754
Previdência Privada dos Empregados			6.229	4.888
Despesas Pagas Antecipadamente			4.194	3.537
Crédito com Empregados	7	13	2.633	1.435
Títulos de Crédito a Receber (c)			1.156	1.160
Coligadas e Controladas	138	128		
Outros Créditos	817	817	2.296	2.025
Total	18.610	17.159	89.316	52.793
Circulante	18.472	17.031	87.489	50.959
Não Circulante	138	128	1.827	1.834

- a) Os serviços em curso são referentes aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética os quais, após término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.
- b) Refere-se ao valor das desativações dos bens anteriormente em serviço registrado na CEB-D, cujo valor dos itens, quando desativados, é classificado pelo seu valor residual nesta rubrica. Tais bens são classificados nesta conta até que sua destinação seja definida, conforme os critérios de desativação estabelecidos pelo órgão regulador.
- c) Títulos de Crédito a Receber: refere-se a ações preferências cumulativas e resgatáveis das classes “A” e “B”, emitidas pela Investco, que são caracterizadas como instrumento financeiro na controlada CEB Lajeado S.A.
- d) Refere-se ao ressarcimento a receber de competência de junho de 2013 a ser efetuado pela Centrais Elétricas do Brasil – ELETROBRAS à controlada CEB D, relacionado ao risco hidrológico, exposição involuntária e Encargos do Sistema por razão de segurança energética.
- e) Recursos da Conta-ACR, regulamentada pelo Decreto nº 8.221 de 1º.04.2014, no valor de R\$ 15.380, sendo R\$ 7.904 referente a competência fevereiro de 2014, já homologados pela ANEEL e ressarcidos em 28 de abril de 2014, e R\$ 7.476 baseado em estimativa referente a competência março de 2014.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013
Aplicações Financeiras	295	295
Circulante	295	295

Em 17 de outubro 2012, os acionistas da coligada Corumbá Concessões S.A se reuniram em Assembleia Geral Extraordinária e decidiram exercer a opção de resgate da totalidade das ações preferenciais classe B de propriedade do Fundo de Investimento em Participações BRB-Corumbá. Em virtude dessa opção, a CEB Participações S.A. resgatou em janeiro de 2013 94% das posições dos valores aplicados no fundo e os 6% restantes permaneceram para manutenção de contingências oferecidas em desfavor do Fundo. Em dezembro de 2013, a CEB Participação S.A realizou depósito judicial no montante de R\$ 304 para atender a ação de litígio vinculada ao Fundo.

10 DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Estão classificadas neste grupo as penhoras judiciais *on-line* efetuadas pelas instituições financeiras nas contas-correntes da Companhia Energética de Brasília – CEB e da Controlada CEB D S.A, em atendimento ao convênio de cooperação entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Central do Brasil e cauções referentes a leilões de energia. Também estão registrados os depósitos recursais que são oriundos das demandas judiciais.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Bloqueios Judiciais	3.925	3.803	5.256	5.092
Cauções	673	673	9.040	6.777
Depósitos Recursais			795	759
Total	4.598	4.476	15.091	12.628
Não Circulante	4.598	4.476	15.091	12.628

11 ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

Os ativos da concessão (ativo financeiro indenizável e intangível da concessão) são remunerados por meio do WACC regulatório, que consiste nos juros remuneratórios incluídos na tarifa cobrada dos clientes da Companhia e seu montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente.

O ativo financeiro da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente depreciada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados como disponíveis para venda e nos exercícios apresentados, foram valorizados com base na BRR – Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De acordo, ainda, com o pronunciamento técnico CPC 38, as alterações resultantes de mudanças nas condições de mercado (variações em taxas de juros) são registradas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a Companhia mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso a Companhia verifique uma mudança no WACC regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada pela Companhia para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. A Companhia entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor.

Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório são reconhecidos no Patrimônio Líquido. Em 31 de março de 2014, não há saldo registrado em outros resultados abrangentes uma vez que a Companhia concluiu que naquela data não havia diferença entre essas taxas.

A movimentação do saldo referente ao ativo financeiro indenizável (concessão) no primeiro trimestre de 2014 está assim apresentada:

Saldos em 31 de dezembro de 2013	729.119
Adições	22.830
Baixas	(1.957)
Saldos em 31 de março de 2014	749.992

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas. Não houve indícios de perda ao valor recuperável desses ativos na data das Demonstrações Contábeis.

12 INVESTIMENTOS

(a) Composição dos Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Avaliados por Equivalência Patrimonial	516.078	587.193	411.267	403.434
Propriedade para Investimento (c)			276.115	276.115
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	3.232	3.232	3.232	3.232
Outros	1.756	1.756	1.756	1.756
Total	521.066	592.181	692.370	684.537

(b) Investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Investidas	Controladora						
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB	Valor Contábil	
						31/03/2014	31/12/2013
CEB Distribuição S.A	580.532	134.793	100,00	100,00	350.532.450	134.793	220.937
CEB Lajeado S.A	145.656	369.633	59,93	59,93	82.013.911	132.537	127.132
Corumbá Concessões S.A	218.966	269.165	45.20	9,30	256.009.911	121.694	118.619

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Investidas	Controladora						
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB	Valor Contábil	
						31/03/2014	31/12/2013
Energética Corumbá III S.A	119.152	151.994	37,50	25,00	45.594.783	56.998	55.353
CEB Participações S.A	41.271	52.650	100,00	100,00	41.270.415	52.650	50.885
CEB Geração S.A	7.575	17.108	100,00	100,00	7.575.212	17.108	13.943
Companhia Brasiliense de Gás	4.921	1.754	17,00	51,00	30.600	298	324
Total						516.078	587.193

Investidas	Consolidado						
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB e Controladas	Valor Contábil	
						31/03/2014	31/12/2013
Corumbá Concessões S.A	218.966	269.165	47,55	9,30	269.294.911	128.072	124.838
Investco S.A	804.459	1.130.985	20,00	20,00	133.563.595	226.197	223.243
Energética Corumbá III S.A	119.152	151.994	37,50	25,00	45.594.783	56.998	55.353
Total						411.267	403.434

- Informações financeiras resumidas

Investidas	31/03/2014			31/12/2013		31/03/2013
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	Receita Líquida
CEB Distribuição S.A	1.731.868	1.597.075	387.510	1.748.264	1.527.327	360.868
Corumbá Concessões S.A	727.113	457.948	35.227	724.276	461.911	34.973
CEB Lajeado S.A	401.276	31.643	29.400	396.158	36.190	25.030
Energética Corumbá III S.A	240.677	88.683	8.781	237.948	90.340	7.740
CEB Participações S.A	55.048	2.398	3.510	53.275	2.390	3.301
CEB Geração S.A	19.646	2.538	5.390	16.320	2.379	3.636
Companhia Brasiliense de Gás	2.039	284	890	2.222	317	1.054

- Resultado dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Investidas	Controladora			
	Lucro / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial	Lucro / (Prejuízo) do Período	Resultado de Equivalência Patrimonial
	31/03/2014	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2013
CEB Distribuição S.A	(88.235)	(88.235)	(33.844)	(33.844)
CEB Lajeado S.A	9.665	5.405	3.784	2.116
Energética Corumbá III S.A	4.386	1.645	1.028	385
CEB Geração S.A	3.166	3.166	1.855	1.855
Corumbá Concessões S.A	6.800	3.075	(2.009)	(908)
CEB Participações S.A	1.764	1.764	917	917
Companhia Brasiliense de Gás	(151)	(26)	(152)	(26)
Total	(62.605)	(73.206)	(28.421)	(29.505)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

• Movimentação dos investimentos avaliados por equivalência patrimonial

Investidas	Controladora							Total
	CEB Distribuição S.A	CEB Lajeado S.A	Corumbá Concessões S.A	Energética Corumbá III S.A	CEB Participações S.A	CEB Geração S.A	Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	359.082	121.589	101.444	51.342	48.356	13.212	339	695.364
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio		(15.676)	(1.803)	(1.203)	(3.705)	(7.246)		(29.633)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(145.269)	21.185	18.978	4.622	6.234	7.977	(92)	(86.365)
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Controladas e Coligadas	7.124	34						7.158
Aumento de Capital				576			77	653
Ganho/(Perda) na Variação de Percentual				16				16
Saldo em 31 de dezembro de 2013	220.937	127.132	118.619	55.353	50.885	13.943	324	587.193
Resultado de Equivalência Patrimonial	(88.235)	5.405	3.075	1.645	1.764	3.166	(26)	(73.206)
Equivalência Patrimonial Reflexa - PL de Controladas e Coligadas	2.091							2.091
Saldo em 31 de março de 2014	134.793	132.537	121.694	56.998	52.649	17.109	298	516.078

Investidas	Consolidado			
	Investco S.A	Corumbá Concessões S.A	Energética Corumbá III S.A	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	221.908	106.707	51.342	379.957
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio	(14.705)	(1.832)	(1.203)	(17.740)
Resultado de Equivalência Patrimonial	16.040	19.963	4.622	40.625
Aumento de Capital			576	576
Ganho/(Perda) na Variação de Percentual			16	16
Saldo em 31 de dezembro de 2013	223.243	124.838	55.353	403.434
Resultado de Equivalência Patrimonial	2.954	3.234	1.645	7.833
Saldo em 31 de março de 2014	226.197	128.072	56.998	411.266

(c) Propriedade para Investimento

Nas datas de 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2013, a Controlada CEB D transferiu os bens que estavam registrados na rubrica de “Ativos Mantidos para Venda” para a rubrica de “Propriedade para Investimento”. Em 31 de dezembro de 2012, foi transferido o imóvel localizado no Setor Noroeste SAI Norte PR I55/1/DF e em 31 de dezembro de 2013 os demais bens. A transferência foi realizada para atender ao Pronunciamento Técnico CPC 31, item 8 que, determina que em caso de não realização da venda do ativo no prazo de 1 ano, o ativo deve ser reclassificado para o Imobilizado ou para o Investimento, dependendo da intenção do destino a ser dado ao ativo pela administração.

Os bens registrados em “Propriedade para Investimento” são avaliados pelo custo.

O valor justo dos bens foram obtidos através de laudos emitidos por firmas especializadas e a Companhia entende que estes valores avaliados estão de acordo com as expectativas de mercado.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imóveis	Localidade	Tamanho	Consolidado			
			Valor Contábil		Valor Justo	Data da Avaliação
			31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	
Terreno	Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF (a)	284.160 m²	274.400	274.400	373.349	fev/14
Terreno	Setor Residencial de Indústria e Abastecimento (SRIA) QE 20 Lote M - Guará	1.200 m²	20	20	2.104	fev/14
Terreno	Setor de Habitações Individuais Sul (SHIS) Trecho 04 Quadra 10 - Lago Sul	1.600 m²	126	126	2.437	fev/14
Prédio	Edificações da QI 10 Lote 25 a 38 - Setor Industrial, Taguatinga	1.040 m²	673	673	20.875	mai/13
Terreno	QI 10 Lote 38 Setor Industrial - Taguatinga	10.500 m²	896	896		
Total			276.115	276.115	398.765	

(d) Participação de acionistas não controladores

O total da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido da Companhia é de R\$ 238.555, dos quais R\$ 237.098 são atribuíveis aos acionistas não controladores da CEB Lajeado S.A e R\$ 1.457 são atribuíveis aos acionistas não controladores da Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS.

A seguir estão apresentadas suas informações contábeis das controladas:

(i) CEB Lajeado S.A

Balanco Patrimonial	31/03/2014	31/12/2013
Circulante	55.579	54.303
Caixa e equivalentes de caixa	33.457	32.233
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	10.518	11.720
Juros sobre Capital Próprio a Receber	7.220	7.220
Demais Créditos	4.384	3.130
Não Circulante	345.697	341.855
Títulos a Receber - Investco S.A	1.156	1.160
Cauções em Garantia CCEE	7.509	5.246
Demais Créditos	330	330
Investimentos	226.197	223.243
Imobilizado	126	25
Intangível	110.379	111.851
Total de Ativo	401.276	396.158
Circulante	31.643	36.190
Fornecedores	2.292	1.285
Tributos e Contribuições Sociais	4.679	10.770
Obrigações Societárias	15.463	15.463
Demais Obrigações	9.209	8.672
Patrimônio Líquido	369.633	359.968
Total Passivo	401.276	396.158

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração de Resultado	31/03/2014	31/03/2013
Receita Operacional Líquida	29.400	25.030
Custo com Energia	(4.881)	(10.803)
Custos de Operação	(11.907)	(11.208)
Despesas Operacionais	(2.518)	(2.295)
Resultado de Equivalência Patrimonial	2.954	3.610
Receitas Financeiras, Líquidas	823	316
Imposto de Renda/Contribuição Social	(4.206)	(866)
Lucro Líquido do Período	9.665	3.784

(ii) Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS

Balanco Patrimonial	31/12/2013	31/12/2013
Circulante	842	957
Caixa e equivalentes de caixa	596	696
Contas a Receber	181	168
Demais Créditos	65	93
Não Circulante	1.197	1.265
Demais Créditos	15	15
Imobilizado	9	10
Diferido	1.040	1.105
Intangível	133	135
Total de Ativo	2.039	2.222
Circulante	285	317
Fornecedores	195	235
Tributos e Contribuições Sociais	58	45
Folha de Pagamento	26	33
Demais Obrigações	6	4
Patrimônio Líquido	1.754	1.905
Total Passivo	2.039	2.222

Demonstração de Resultado	31/03/2014	31/03/2013
Receita Operacional Líquida	890	1.054
Custo dos Serviços Prestados	(818)	(966)
Despesas Operacionais	(238)	(245)
Receitas Financeiras, Líquidas	15	5
Prejuízo do Período	(151)	(152)

(e) Informações adicionais sobre empresa controlada em conjunto

A Companhia controla de forma conjunta com outros acionistas a empresa Energética Corumbá III S.A. e os montantes dos principais grupos de Ativo, Passivo e Resultado são como segue:

Balanco Patrimonial	31/03/2014	31/12/2013
Circulante	18.955	15.908
Caixa e equivalentes de caixa	15.118	12.120
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	3.032	3.160
Demais Créditos	805	628

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanco Patrimonial	31/03/2014	31/12/2013
Não Circulante	221.722	222.040
Fundos Vinculados	4.975	4.889
Demais Créditos	321	133
Imobilizado	212.095	212.594
Intangível	4.331	4.424
Total de Ativo	240.677	237.948
Circulante	22.230	22.065
Fornecedores	95	160
Tributos e Contribuições Sociais	412	461
Empréstimos e Financiamentos	7.276	7.298
Dívidas com pessoas ligadas	10.474	10.256
Demais Obrigações	3.973	3.890
Não Circulante	66.453	68.275
Empréstimos e Financiamentos	60.428	62.206
Bens de Uso Público	6.025	6.069
Patrimônio Líquido	151.994	147.608
Total Passivo	240.677	237.948

Demonstração de Resultado	31/03/2014	31/03/2013
Receita Operacional Líquida	8.780	7.740
Custo com Energia	(376)	(2.365)
Custos de Operação	(1.951)	(2.293)
Despesas Operacionais	(613)	(475)
Despesas Financeiras, Líquidas	(1.161)	(1.324)
Imposto de Renda/Contribuição Social	(293)	(255)
Lucro Líquido do Período	4.386	1.028

(f) Operações controladas em conjunto

A Companhia possui operações em conjunto com outros acionistas no Consórcio UHE Queimado e os montantes dos principais grupos de Ativo e Passivo são como segue:

Balanco Patrimonial	31/12/2013	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa	244	442
Outros Créditos	1.537	2.240
Imobilizado/Intangível	119.582	120.554
Total de Ativo	121.363	123.236
Fornecedores	3.345	3.888
Tributos e Contribuições Sociais	89	111
Outras Obrigações	5.030	5.364
Patrimônio Líquido	112.899	113.873
Total Passivo	121.363	123.236

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Resultado de Equivalência Patrimonial – Consolidado

O valor apresentado nas demonstrações do resultado consolidado refere-se ao registro da equivalência patrimonial calculada sobre a variação do patrimônio líquido das coligadas. Este valor não é eliminado nas informações consolidadas do grupo.

13 IMOBILIZADO

(a) Movimentação

Eventos	Controladora						
	Imobilizado em Serviço					Imobilizado em Curso	Total
	Terrenos	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios		
Custo do Imobilizado							
Saldo em 31 de dezembro de 2012	13.130	1.098	874	97	148	2	15.349
Adições						828	828
Saldo em 31 de dezembro de 2013	13.130	1.098	874	97	148	830	16.177
Adições			34			538	572
Saldo em 31 de março de 2014	13.130	1.098	908	97	148	1.368	16.749
Depreciação Acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2012		(129)	(223)	(97)	(31)		(480)
Depreciação		(44)	(92)		(48)		(184)
Saldo em 31 de dezembro de 2013		(173)	(315)	(97)	(79)		(664)
Depreciação		(11)	(23)		(3)		(37)
Saldo em 31 de março de 2014		(184)	(338)	(97)	(82)		(701)
Imobilizado Líquido – 31/03/2014	13.130	914	570		66	1.368	16.048
Imobilizado Líquido – 31/12/2013	13.130	925	559		69	830	15.513
Taxas Anuais de Depreciação		2,0% a 4,0%	3,3% a 6,7%	20%	10%		

	Imobilizado em Serviço							Imobilizado em Curso	Total
	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Outros		
Custo do Imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro 2012	14.097	13.418	17.023	42.982	12.622	6.985	143	59.554	166.824
Adições				2.609	3.343	1.100		141.537	148.589
Baixas				(4)					(4)
Transferências		410	(424)	(30)		(13)	20	(124.048)	(124.085)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	14.097	13.828	16.599	45.557	15.965	8.072	163	77.043	191.324
Adições				147	1.392	83		32.993	34.615
Transferências								(29.821)	(29.821)
Saldo em 31 de março de 2014	14.097	13.828	16.599	45.704	17.357	8.155	163	80.215	196.118
Depreciação Acumulada									
Saldo em 31 de dezembro 2012		(3.082)	(8.396)	(26.300)	(7.903)	(2.533)	(118)		(48.332)
Depreciação/Amortização		(295)	(488)	(1.735)	(1.356)	(547)	(4)		(4.425)
Transferências		(127)	164	(95)		6	(8)		(60)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Imobilizado em Serviço							Imobilizado em Curso	Total
	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Adutoras	Edificações, Obras Cíveis e Benefeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Outros		
Saldo em 31 de dezembro de 2013		(3.504)	(8.720)	(28.130)	(9.259)	(3.074)	(130)		(52.817)
Depreciação		(75)	(117)	(442)	(423)	(132)			(1.189)
Saldo em 31 de março de 2014		(3.579)	(8.837)	(28.572)	(9.682)	(3.206)	(130)		(54.006)
Imobilizado Líquido - 31/03/2014	14.097	10.249	7.762	17.132	7.675	4.949	33	80.215	142.112
Imobilizado Líquido - 31/12/2013	14.097	10.324	7.879	17.427	6.706	4.998	33	77.043	138.507
Imobilizado Líquido - 31/12/2012	14.097	10.336	8.627	16.682	4.719	4.452	25	59.554	118.492
Taxas Anuais de Depreciação		2,0% a 7,7%	2,0% a 4,0%	3,3% a 6,7%	20%	10%			

Não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos na data das Demonstrações Contábeis.

14 INTANGÍVEL

Consolidado						
	Direito de Uso da Concessão		Outros Intangíveis			Total
	Em Serviço	Em Curso	Em Serviço	Em Curso	Direito de Exploração da Concessão	
Custo do Intangível						
Saldo em 31 de dezembro de 2012	238.898	90.230	50.435	2.854	158.946	541.363
Adições	9.390	195.701	2.917	3.820		211.828
Baixas	(2.273)	(103.615)		(3.076)		(108.964)
Obrigações Especiais	(935)	(86.998)				(87.933)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	245.080	95.318	53.352	3.598	158.946	556.294
Adições	1.725	37.766		8.213		47.704
Baixas	(19)	(24.555)				(24.574)
Obrigações Especiais	(92)	(23.525)				(23.617)
Saldo em 31 de março de 2014	246.694	85.004	53.352	11.811	158.946	555.807
Amortização Acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(158.055)		(41.283)		(41.209)	(240.547)
Amortizações	(35.513)		(3.240)		(5.886)	(44.639)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(193.568)		(44.523)		(47.095)	(285.186)
Amortizações	(10.006)		(870)		(1.472)	(12.348)
Saldo em 31 de março de 2014	(203.574)		(45.393)		(48.567)	(297.534)
Intangível Líquido - 31/03/2014	43.120	85.004	7.959	11.811	110.380	258.274
Intangível Líquido - 31/12/2013	51.512	95.318	8.829	3.598	111.851	271.108

Não houve indícios de perdas ao valor recuperável desses ativos na data das Demonstrações Contábeis.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura da concessão, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

O valor contábil de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro - ativo indenizável (concessão).

Direito de Exploração de Concessão de Geração - A Controladora consolida a empresa CEB Lajeado S.A. detentora do direito de exploração de concessão da Usina que integra a operação de geração da Investco S.A.. Esse direito, se trata de uma operação de reestruturação societária da Lajeado que foi decorrente do Contrato de Venda e Compra de Ações entre a Investco e seus acionistas. Este Instrumento estabelece para a CEB Lajeado o valor de compra de 20% (conforme sua participação ordinária) das ações preferenciais classe "R", nominativas, sem valor nominal, de emissão da Investco, totalizando 46.890.423 ações, por R\$ 213.452, que também representa 20% da dívida da Investco com a Eletrobrás. Esse valor vem sendo amortizado até o ano de 2032, que representa o fim da concessão.

15 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Suprimento de Energia Elétrica			277.808	240.877
Materiais e Serviços (*)	5.124	6.902	105.982	100.547
Encargos de Uso de Rede Elétrica			8.085	7.003
Fornecedores de Gás			177	226
Total	5.124	6.902	392.052	348.653
Circulante	5.124	6.902	366.148	344.101
Não Circulante			25.904	4.552

(*) O saldo consolidado em 31 de março de 2014 contempla parcela de R\$ 39,2 milhões, pertencente a controlada CEB D, cujo valor encontra-se em processo de conciliação com os respectivos documentos comprobatórios. Não é possível estimar quanto aos possíveis efeitos que possam advir quando da conclusão do referido processo de conciliação.

Eventos não recorrente que impactaram a rubrica de Suprimento de Energia Elétrica:

a) Diferença de tarifa de Energia de Angra I e Angra II – ELETRONUCLEAR

Diferença de tarifa proveniente de alteração na regulamentação por parte da ANEEL, estabelecendo nova metodologia para cálculo da tarifa entre Furnas e Eletronuclear. A Lei 12.111 de 23009 definiu que o diferencial entre essas tarifas seria rateado pelas concessionárias de serviço público de distribuição atendidas pelo Leilão de Compra de Energia Proveniente de Empreendimentos Existentes, de 7 de dezembro de 2004, na proporção das quantidades atendidas no contrato com início de suprimento em 2005. O valor do diferencial a que se refere o artigo 12º da Lei nº 12.111, apresentado por último pela Resolução nº 1.585 de 13 de agosto de 2013 que compete a esta Companhia é de R\$ 11.552. Deste montante, R\$ 3.572 já foi pago em 2013, ficando o restante dividido para pagamento em 2014 e 2015.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Diferença de tarifa de Energia Adquirida de Corumbá Concessões

No período da construção da Usina de Corumbá Concessões ocorreram atrasos na entrada em operação comercial definida originalmente no contrato. Para cumprir o contrato, Corumbá buscou energia no mercado de Curto Prazo. O preço da energia adquirida no curto prazo estava inferior ao preço contratual. Diante disso, à época, a ANEEL foi consultada e manifestou-se que a Resolução Normativa - RN nº 165 de 19 de setembro de 2005 se aplicava ao caso em questão. Referiu-se, inclusive ao Art. 3º que previa o seguinte: “Qualquer que seja o custo incorrido pelo agente vendedor na celebração dos contratos de compra e venda de energia, só será considerado, para fins de repasse aos contratos de venda originais e consequentemente às tarifas dos consumidores finais, o menor valor entre, o valor da energia do contrato de compra;; o Preço de Liquidação de Diferenças - PLD, acrescido de 10% (dez por cento); ou o preço da energia no contrato de venda original,

Em 17 de setembro de 2013, a ANEEL, por meio do Despacho nº 3.168, contrariando o posicionamento constante do Ofício nº 326, resolve declarar que não são aplicáveis os termos da RN 165 ao Contrato de Compra e Venda de Energia celebrado entre Corumbá Concessões e esta Companhia, e que portanto, o valor a ser aplicado no custo da compra da energia é o valor original do contrato. Aplicando o preço original e as regras de correção previstas no instrumento contratual, resulta para a CEB Distribuição uma obrigação no montante de R\$ 42.705.

c) Passivo decorrente de energia de curto prazo

A CEB D constituiu provisão no montante de R\$ 108.308 devido à ausência de leituras dos consumos em linhas de interligação com Furnas e nas conexões de fronteira. Do total provisionado, R\$ 88.000 refere-se a duas linhas de interligação com Furnas e a ausência de mediação deste consumo ocorreu no período de abril/2013 a outubro/13, o valor foi provisionado em 2013. O montante de R\$ 20.308 foi provisionado no primeiro trimestre de 2014 e é relativo à ausência de consumos nas conexões de fronteira das Linhas de Samambaia Oeste de Ceilândia Norte. Estes valores deverão ser repostos pela CEB D em reprocessamentos das contabilizações do mercado de curto prazo ao longo do ano de 2014.

16 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

(a) Resumo das Obrigações Tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/01/2013	31/03/2014	31/01/2013
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (b)	97.269	97.305	150.736	153.837
Outros Tributos (c)	768	896	138.696	110.076
Total	98.037	98.201	289.432	263.913
Circulante	639	821	143.592	118.091
Não Circulante	97.397	97.380	145.839	145.822

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Imposto do Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/012/2013	31/03/2014	31/012/2013
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.522	71.522	110.814	113.102
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.747	25.783	39.922	40.735
Total	97.269	97.305	150.736	153.837
Circulante		36	5.037	8.138
Não Circulante	97.269	97.269	145.699	145.699

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB Distribuição S.A., CEB Lajeado S.A é o lucro real anual com antecipações mensais. As demais controladas optaram pelo regime de tributação pelo lucro presumido.

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	(74.527)	(30.431)	(74.527)	(30.431)	(65.625)	(26.953)	(65.625)	(26.953)
Equivalência Patrimonial - Coligadas					(7.833)	(2.986)	(7.833)	(2.986)
Resultado das Empresas Tributadas pelo Lucro Presumido					(5.341)	(3.638)	(5.341)	(3.638)
Total do Resultado Tributado	(74.527)	(30.431)	(74.527)	(30.431)	(78.799)	(33.577)	(78.799)	(33.577)
Ajuste RTT					120.048	21.786	120.048	21.786
Equivalência Patrimonial	73.206	29.505	73.206	29.505				
Adições Permanentes, Líquidas	119	246	119	246	2.141	2.431	2.141	2.431
Adições Permanentes	119	246	119	246	2.141	2.431	2.141	2.431
Perdas - Outras					290	409	290	409
Encargos/Gratificações/Alimentação de Diretores					124	129	124	129
Contribuições não Compensatórias					27	11	27	11
Subvenção de Energia Elétrica					107	164	107	164
Amortização de Ágio sobre Investimentos					1.472	1.472	1.472	1.472
Outras Adições	119	246	119	246	119	246	119	246
Adições/(Exclusões) Temporárias	(18)		(18)		(99.843)	(36.110)	(99.843)	(36.110)
Adições Temporárias					154.584	18.195	154.584	18.195
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Regulatórios					1.529	2.058	1.529	2.058
Provisão de Benefício Pós-Emprego - Assistencial Aposentados					9.814	9.548	9.814	9.548
Provisão de Suprimento/Energia de Curto Prazo					131.330		131.330	
Provisão do Contrato de Arrecadação						1.086		1.086
Provisão para Devedores Duvidosos					6.521	1.928	6.521	1.928
Atualização Monetária de Passivos Regulatórios					574	688	574	688
Atualização Monetária - Superávit de Baixa Renda					2.373	1.495	2.373	1.495
Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos					2.442	1.393	2.442	1.393
Exclusões Temporárias	(18)		(18)		(254.426)	(54.305)	(254.426)	(54.305)
Reversão de Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Regulatórios	(18)		(18)		(18)	(1.052)	(18)	(1.052)
Reversão de Benefício Pós- Emprego Assistencial Aposentados					(7.828)	(6.770)	(7.828)	(6.770)
Reversão de Provisão para Devedores Duvidosos					(4.032)	(22.215)	(4.032)	(22.215)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Reversão de Provisão para Contratos de Arrecadação						(350)		(350)
Reversão de Provisão de Suprimentos/Energia de Curto Prazo					(118.854)		(118.854)	
Constituição e Realização de Ativos e Passivos Regulatórios					(110.076)	(14.968)	(110.076)	(14.968)
Atualização Monetária - Ativos Regulatórios					(13.619)	(8.950)	(13.619)	(8.950)
Base de Cálculo Antes da Compensação do Prejuízo Fiscal	(1.220)	(680)	(1.220)	(680)	(56.453)	(45.469)	(56.453)	(45.469)
(-) Compensação Prejuízo Fiscal								
Base de Cálculo	(1.220)	(680)	(1.220)	(680)	(56.453)	(45.469)	(56.453)	(45.469)
Alíquota Aplicável *	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente:								
IRPJ/CSLL sobre Lucro Fiscal Tributável de Controladas					3.091	635	1.115	231
IRPJ/CSLL - Lucro Presumido de Controladas					385	866	177	153
Ajustes IRPJ/CSLL - Exercício - 2013 e 2012		1.549	3	512		1.588	3	525
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente		1.549	3	512	3.476	3.089	1.295	909

(*) Alíquota de 15% e 10% de Adicional para o IRPJ.

Passivo Fiscal Diferido

A Companhia reconheceu passivos fiscais diferidos relativos ao reconhecimento do custo atribuído dos terrenos (Nota 15). Um dos imóveis avaliados foi capitalizado na controlada CEB D, como aporte de capital e está registrado como propriedade para investimento. Outro evento que gerou o reconhecimento de passivo fiscal diferido foi o ganho sobre o registro do VNR (Valor Novo de Reposição) que foi registrado também na controlada CEB D. Os passivos fiscais diferidos serão realizados somente por ocasião da venda dos terrenos e pela realização do VNR.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/01/2013	31/03/2014	31/01/2013
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.522	71.522	107.126	107.126
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.747	25.747	38.573	38.573
Total	97.269	97.269	145.699	145.699
Não Circulante	97.269	97.269	145.699	145.699

(c) Outros Tributos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/01/2013	31/03/2014	31/01/2013
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações - ICMS	80	157	128.247	101.138
Retenções IRRF/CSLL/PIS/COFINS	333	373	2.404	2.120
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social- COFINS	59	9	4.311	1.640
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	36	65	1.206	1.062
Programa de Integração Social – PIS	13	2	921	345
Outros	247	290	1.607	3.771
Total	768	896	138.696	110.076
Circulante	640	785	138.556	109.953
Não Circulante	128	111	140	123

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A Contribuição de iluminação pública foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673 de 27/12/2002 para custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos do Distrito Federal.

O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

I – despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública; e

II – despesas com administração, operações, manutenção, efficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e devida ao Governo do Distrito federal (GDF). Em 31 de março de 2014 o montante a repassar ao GDF era de R\$ 129.031, atualizado pelo INPC.

A composição do valor a repassar está apresentado a seguir:

Ano	Valores arrecadados e não repassados	Valores faturados e não arrecadados	Atualização Monetária	Total
2007	804	19	313	1.136
2008	13.212	419	4.418	18.049
2010	12.593	148	3.823	16.564
2013	55.931	191	1.199	57.321
2014	20.992	14.451	518	35.961
Total	103.532	15.228	10.271	129.031

18 ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013
Superávit de Baixa Renda (a)	100.257	97.883
Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética (b)	62.538	58.726
Encargos do Consumidor a Recolher	2.726	1.492
Total	165.521	158.101
Circulante	31.981	30.193
Não Circulante	133.540	127.908

(a) Superávit de Baixa Renda

Refere-se ao montante dos valores a serem ressarcidos aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Companhia já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda.

A aplicação da tarifa social de baixa renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial.

(b) Obrigações de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética

A Controlada CEB D, por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica, é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida (ROL) em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e desenvolvimento (P&D), e ainda ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15/03/2004 e 28/03/2007, respectivamente.

A atualização das parcelas referente PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28/11/2005, nº 219, de 11/04/2006, nº 300, de 12/02/2008 e nº 316, de 13/05/2008, e Ofício Circular nº 1644/2009-SFF/ANEEL, de 28/12/2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24/10/2006, com validade a partir de 01/01/2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

	Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013
Programa de Eficiência Energética - PEE	43.663	41.125
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	18.168	17.094
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	472	339
Ministério de Minas e Energia – MME	235	168
Total	62.538	58.726

19 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Entidades	Consolidado		Encargos
	31/03/2014	31/12/2013	
ELETRORÁS	36.351	40.250	Taxa. de Administração + Variação da UFIR/IGPM
Banco do Brasil S.A (FINAME)	5.751	6.001	Juros de 4,5% a.a. de atualização pela TJLP
Banco do Brasil S.A (FCO I a IV)	81.064	84.841	Juros de 10% a.a. de atualização pela TJLP e Bônus de Adimplência de 15%.
Caixa Econômica Federal S.A	84.814	98.475	CDI + Juros de 2,16% a.a.
Caixa Econômica Federal S.A	36.381	31.781	129% do CDI CETIP (durante o período de utilização)
Total	244.361	261.348	
Circulante	116.533	119.207	
Não Circulante	127.828	142.141	

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos estão garantidos por cessão de direitos creditórios da controlada CEB D

Os empréstimos da controlada CEB D não possuem cláusulas de *covenants*.

Os montantes das dívidas classificadas no passivo não circulante em 31 de março de 2014 têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado
2015	60.419
2016	24.568
2017	16.434
2018	13.109
2019 em diante	13.298
Total	127.828

(b) Movimentação dos Empréstimos e Financiamentos

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	261.348
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	14.600
Encargos Incorridos no Período	5.222
Encargos Financeiros Pagos	(5.180)
Amortizações de principal	(31.629)
Saldo em 31 de março de 2014	244.361

20 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

a) Planos de benefícios

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, que tem por objetivo suplementar os benefícios assegurados pela Previdência Social aos empregados da CEB D e da FACEB e aos seus dependentes, conforme a seguir:

Planos	Benefícios	Classificação	Patrocinadora
Plano Complementar de Benefícios Previdenciários	Aposentadoria e pensão	Benefício definido	CEB D
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida	Multipatrocinado
Plano Assistencial	Assistência médica	Benefício definido	CEB D
Plano CEB Saúde	Assistência médica	Contribuição definida	Multipatrocinado

O passivo do benefício pós-emprego dos planos previdenciários foi avaliado apenas para o plano denominado Plano Complementar de Benefícios Previdenciários, constituído sob a modalidade de benefício definido, uma vez que o plano denominado CEBPREV é constituído na modalidade de contribuição definida e não gera obrigações atuariais que devam ser mensuradas como passivos com benefícios pós-emprego.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CEB D mantém junto à FACEB dois planos previdenciários, sendo um constituído na modalidade de benefício definido (BD) e outro na modalidade de contribuição definida (CD). Além disso, a empresa mantém para os seus empregados e familiares planos de saúde que são administrados pela FACEB, sendo que a CEB D tem responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas apenas no plano denominado CEB - Assistencial, uma vez que a sua participação no plano denominado CEB-Saúde está limitada ao aporte da despesa gerada pelos participantes ativos e seus dependentes, não lhe cabendo responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas e, dessa forma, não existe passivo com benefícios pós-emprego.

O Plano de Saúde Assistencial é administrado pela FACEB como uma autogestão, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Participam do plano os empregados ativos, aposentados, pensionistas e aqueles vinculados ao programa de demissão voluntária da CEB D.

O custeio do plano é feito mediante pagamento de co-participação pelos usuários, no momento em que utilizam o plano, cujos percentuais são definidos no respectivo regulamento, ficando a patrocinadora com a responsabilidade por complementar os pagamentos dos usuários de forma a custear as despesas do plano.

Quanto aos planos previdenciários, o passivo com benefícios pós-emprego foi avaliado apenas para o plano denominado Plano Complementar de Benefícios Previdenciários, constituído sob a modalidade de benefício definido, uma vez que o plano denominado CEBPREV é constituído na modalidade de contribuição definida e não gera obrigações atuariais que devam ser mensuradas como passivos com benefícios pós-emprego.

Os resultados da reavaliação atuarial das obrigações com benefícios a empregados da Companhia e suas controladas estão demonstrados nos quadros seguintes, estando divididas em função de cada plano previdencial e de saúde, e foram calculados com base nas informações prestadas pela Companhia e suas controladas e pela FACEB. Os cálculos atuariais foram realizados em conformidade com o Pronunciamento CPC 33(R1).

As informações que deram suporte ao presente trabalhos são constituídas de base cadastral referente ao plano previdencial e plano de saúde. O conjunto de informações diz respeito à utilização dos planos de saúde nos últimos doze meses, informações contábeis posicionadas em 28/02/2014 e dados sobre a composição do valor justo dos ativos do plano de benefício posicionado em 28/02/2014.

Os montantes no passivo relativos aos planos de Previdência, Assistência e Demissão Voluntária são os seguintes:

	Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013
Plano de Previdência	71.264	74.361
Plano de Assistência	271.896	271.999
Programa de Demissão Voluntária	4.861	6.385
Total	348.021	352.745
Circulante	65.440	66.075
Não Circulante	282.581	286.670

Os montantes no resultado relativos ao plano de Previdência e Assistência são os seguintes:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013
Previdência	1.948	1.679
Assistência	8.041	6.643
Total	9.989	8.322

b) Planos Previdenciário e Assistencial

As movimentações no valor presente da obrigação com benefício definido são:

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Valor presente das obrigações atuariais				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(985.140)	(1.236.263)	(271.999)	(271.338)
Custo do serviço corrente	(1.755)	(10.606)	(447)	(2.669)
Custo de juros	(18.521)	(113.860)	(5.984)	(24.990)
Ganhos/(Perda) atuariais	(12.116)	316.383	995	(8.688)
Benefícios Pagos pelo plano	10.770	59.206	6.552	35.686
Valor presente da obrigação atuarial no final do período	(1.006.762)	(985.140)	(270.883)	(271.999)

Análise da obrigação atuarial do plano

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Valor presente da obrigação atuarial	1.006.762	985.140	270.883	271.999
Valor justo dos ativos do plano	(969.120)	(962.786)		
Valor presente da obrigação coberta	969.120	962.786		
Valor presente da obrigação sem cobertura	37.642	22.354	270.883	271.999
Status do Plano	Parcialmente Fundado	Parcialmente Fundado	Sem Cobertura	Sem Cobertura

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Valor justo dos ativos do plano				
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	962.786	1.139.775		
Rendimento esperado dos ativos do plano	18.100	104.973		
Contribuições do empregador	5.833	31.225	6.552	35.686
Contribuições do participante do plano	1.828	11.891		
Benefícios Pagos pelo plano	(10.770)	(59.206)	(6.552)	(35.686)
Ganhos/(Perda) atuariais	(8.657)	(265.872)		
Valor justo dos ativos do plano no final do período	969.120	962.786		

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço:

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Valores reconhecidos no balanço patrimonial				
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura	37.642	22.354	270.883	271.999
Ganhos/(Perdas) atuariais não reconhecidos (item 92)		52.004		
Passivo/(Ativo) líquido reconhecido no final do período	70.493	74.358	272.974	271.999
Movimentação do passivo (ativo) líquido reconhecido no balanço				
Passivo (ativo) reconhecido no início do exercício	22.354	75.893	271.999	110.914
Contribuições aportadas no plano	(5.832)	(31.225)	(6.552)	(35.686)
Amortização de (ganhos)/perdas atuariais	20.773	(29.916)	(995)	169.112
Despesas do exercício	347	7.602	6.431	27.659
Passivo/(ativo) reconhecido no final do período	37.642	22.354	270.883	271.999

(i) Plano Previdenciário

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais apresentou um valor presente de obrigação atuarial de R\$ 1.006.762, que ao ser confrontado com o valor justo dos ativos do plano de R\$ 969.120 resultou em um déficit de R\$ 37.642, sendo, portanto inferior ao valor da provisão atualmente registrada pela CEB Distribuição S/A, no montante de R\$ 70.493, relativa ao contrato de dívida que mantém junto à FACEB. Observa-se que o montante contabilizado pela CEB é suficiente para a cobertura da provisão total de benefícios pós-emprego do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais.

O valor justo dos ativos do plano foi informado pela FACEB e, segundo a entidade, está precificado a mercado. Do ativo total informado pela FACEB (R\$ 984.929) foram deduzidos os valores registrados no balancete nas rubricas do exigível operacional (R\$ 1.893), exigível contingencial (R\$ 4.530) e fundos (R\$ 9.386), resultando no valor justo de R\$ 969.120, uma vez que essas parcelas do ativo não se destinam à cobertura das provisões matemáticas. Ressalte-se que o saldo do contrato de dívida da CEB junto à entidade não está incluído no valor justo dos ativos do plano.

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais se encontra em situação de cobertura parcial do valor presente da obrigação atuarial, conforme demonstrado nos quadros anteriores, tendo apresentado, em 28/02/2014, um déficit atuarial.

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos anos estão listados no quadro abaixo.

	31/03/2014	31/12/2013	31/12/2012
Valor presente da Obrigação atuarial	1.006.762	985.140	1.236.263
Valor justo dos ativos do plano	(969.120)	(962.786)	(1.139.775)
Resultado	37.642	22.354	96.488

(ii) Plano Assistencial

A avaliação atuarial do plano CEB-ASSISTENCIAL, posicionada em 28/02/2014, revelou que a obrigação atuarial deste plano é de R\$ 270.883. Considerando-se que este plano não possui valor justo de ativos, então a

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

obrigação atuarial calculada em 28/02/2014 se encontra sem lastro de ativos financeiros. A composição deste passivo se dá da seguinte forma: a) passivo de curto prazo dos ativos: R\$ 10.158; b) passivo de longo prazo dos ativos: R\$ 1.033; c) passivo de curto prazo dos assistidos: R\$ 17.200 e d) passivo de longo prazo dos assistidos: R\$ 192.491.

O passivo líquido contabilizado em 28/02/2014 era de R\$ 272.974 e, computadas as variações ocorridas em 2014, conforme demonstradas nos quadros anteriores, têm-se um passivo líquido calculado atuarialmente em 28/02/2014 de R\$ 270.883, sendo este o valor da provisão de benefícios pós-emprego para o plano CEB-ASSISTENCIAL. Considerando-se que a provisão atualmente contabilizada é superior ao montante aqui informado, não há necessidade de aumento dessa provisão.

A variação na obrigação atuarial decorreu da modificação na taxa de juros, conforme apresentada no quadro das premissas, e da redução no custo médio assistencial, que passou de R\$ 512,29 (reais) em dezembro/13 para R\$ 507,73 (reais) em fevereiro/14.

Quadro demonstrativo da despesa total reconhecida na demonstração dos resultados:

Valores reconhecidos na DRE	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Custo do serviço corrente	(1.755)	(10.606)	(447)	(2.669)
Contribuições dos participantes	1.828	11.891		
Custo de juros	(18.521)	(113.860)	(5.984)	(24.990)
Retorno esperado dos ativos do plano	18.100	104.973		
Total da (despesas)/receita reconhecida no período	(348)	(7.602)	(6.431)	(27.659)

Segue abaixo a abertura do valor justo dos ativos do plano por tipo de investimento. A maior parte dos ativos está concentrada em investimentos de renda fixa, como demonstrado a seguir:

Composição dos ativos	Plano Complementar		Plano Assistencial	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Disponível	0,32%	0,27%	N/A	N/A
Renda Fixa	83,89%	83,29%	N/A	N/A
Renda Variável	4,84%	6,00%	N/A	N/A
Investimentos estruturados	6,84%	6,40%	N/A	N/A
Investimentos Imobiliários	1,23%	1,24%	N/A	N/A
Empréstimos com Participantes	2,88%	2,80%	N/A	N/A
Total percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%	N/A	N/A

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Premissas Atuariais

	Plano Complementar		Plano Assistencial	
Premissas atuariais adotadas	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Financeira				
Taxa de juros anual para cálculo do valor presente da obrigação	6,43%	6,47%	6,43%	6,47%
Expectativa de retorno do valor justo dos ativos do plano	11,80%	9,21%	0,00%	0,00%
Taxa anual de inflação	5,01%	5,01%	5,01%	5,01%
Taxa nominal de crescimento anual dos salários	5,01%	5,01%	5,01%	5,01%
Taxa nominal de crescimento dos benefícios do plano	5,01%	5,01%	5,01%	5,01%
Taxa de crescimento nominal anual dos custos de saúde	0,00%	0,00%	7,00%	7,00%
Demográficas				
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT-2000 masculina		AT-2000 masculina	
Tábua de mortalidade/sobrevivência de assistidos	AT-2000 masculina		AT-2000 masculina	
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	Winklevoss		Winklevoss	
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas		Álvaro Vindas	
Tábua de morbidez	Não Usada		Não Usada	
Idade de aposentadoria	Primeira aposentadoria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano.		Primeira aposentadoria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano.	
Composição familiar para cálculo de pensão e reversão				
Ativos	90% casados com cônjuge feminino 4 anos mais jovem			
Assistidos	Família informada no cadastro			

	Plano Previdenciário		Plano Assistencial	
Comparativo evidenciando retorno esperado e o retorno real dos ativos do plano	31/03/2014	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012
Taxa nominal de rendimento esperada sobre os ativos do plano	11,80%	9,21%	N/A	N/A

c) Contrato de Dívida Atuarial (*)

Em 27 de dezembro de 2001, a Companhia Energética de Brasília - CEB, na qualidade de patrocinadora da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB - FACEB, assinou contrato de parcelamento de contribuição suplementar para com essa Fundação, oriundo dos compromissos especiais assumidos em 1993. Com a desverticalização ocorrida em janeiro de 2006, a CEB D assumiu a dívida relativa a esse contrato.

Esses compromissos decorrem das alterações ocorridas quando da implantação do Plano Complementar de Benefícios Previdenciários (aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar em 1992), principalmente de verbas salariais introduzidas nas remunerações dos empregados da Companhia e que passaram desde então a compor os salários de participação da FACEB, tais como: adicionais de periculosidade e penosidade, décimo quarto salário e participação nos lucros. Até aquele ano, as reservas correspondentes às citadas rubricas eram amortizadas pela CEB por meio do pagamento à FACEB de parcelas mensais extraordinárias ou quitação anual por período. Essa contribuição foi denominada “suplementar”, pois é uma contribuição adicional além da contribuição normal, e foi decorrente do custo do serviço passado dos empregados.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As características dessa contratação e que foram incluídas no Regulamento do Plano, conforme descrevemos: encargos financeiros de 6% ao ano; correção monetária igual à variação INPC, capitalizada mensalmente; prazo de amortização de 180 meses sucessivos. Demonstramos, a seguir, o montante atualizado, líquido das amortizações, até 31 de março de 2014:

As movimentações da dívida atuarial ocorreu conforme quadro a seguir:

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	28.889	62.783	91.672
Amortização	(29.088)		(29.088)
Atualização	3.336	6.575	9.911
Transferências para o circulante	29.008	(29.008)	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	32.145	40.350	72.495
Amortização no trimestre	(12.728)		(12.728)
Atualização no trimestre	8.826	1.401	10.227
Transferências para o circulante	3.902	(3.902)	
Saldo em 31 de março 2014	32.145	37.849	69.994

(*) Calculado em conformidade com as disposições da Lei Complementar nº 109/2001 e Resolução CGPC nº 26/2008, observando-se as contribuições atuais e futuras, de patrocinadoras e participantes, inclusive assistidos, de acordo com as regras estabelecidas no Plano de Custeio vigente.

A composição do passivo é a seguinte:

	31/03/2014	31/12/2013
Contribuições para o plano	1.191	1.708
Contrato de dívida	69.993	72.495
Total	71.184	74.203

Para cálculo do passivo a ser registrado, foram consideradas já no resultado as contribuições a pagar, dessa forma, o valor restante já se encontra contabilizado por meio do Contrato de Equacionamento de Déficit (vide letra b. (ii). a) pactuado entre a Companhia e a FACEB.

d) Programa de desligamento voluntário

Em continuidade ao programa implementado em 2005, a Companhia implementou o Programa de Desligamento Voluntário II que contou com a adesão de 185 empregados que possuem condições de se aposentar no INSS e que completam as condições com a FACEB no decorrer de 2006 a 2015.

Demonstramos, a seguir, a movimentação das verbas indenizatórias do Programa de Desligamento Voluntário II:

	Total	Circulante	Não Circulante
Passivo em 31 de dezembro 2013	6.385	4.569	1.816
Amortização no trimestre	(1.321)	(1.321)	
Atualização no trimestre	(203)		(203)
Transferências para o circulante		484	(484)
Passivo em 31 de março de 2014	4.861	3.732	1.129

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

Os processos judiciais provisionados e não provisionados, são apresentados a seguir.

(a) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios provisionados

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatórios em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus procuradores jurídicos, constitui provisão para as causas cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Regulatórias			51.237	50.066
Trabalhistas	47	94	6.983	6.869
Fiscais	8.228	8.223	8.228	8.223
Cíveis			6.870	6.674
Total	8.275	8.317	73.318	71.832
Circulante	47	94	4.922	4.850
Não Circulante	8.228	8.223	68.396	66.982

Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

	Controladora		
	Trabalhista	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	96	9.148	9.244
Constituições de Provisão	15	2.295	2.310
Pagamentos		(2.153)	(2.153)
Reversão de Provisão	(17)	(1.067)	(1.084)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	94	8.223	8.317
Pagamentos	(34)		(34)
Atualização Monetária	5	5	10
Reversão de Provisão	(18)		(18)
Saldo em 31 de março de 2014	47	8.228	8.275

	Consolidado				
	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	5.263	6.826	9.148	32.940	54.177
Constituições de Provisão	1.978	549	2.295	14.273	19.095
Pagamentos			(2.153)		(2.153)
Reversão de Retificadora PLR Exercício 2007 (a)	7.173				7.173
Reversão de Provisão	(8.933)	(1.022)	(1.067)		(11.022)
Atualização Monetária	1.388	321		2.853	4.562
Saldo em 31 de dezembro de 2013	6.869	6.674	8.223	50.066	71.832
Constituições de Provisão		7			7
Pagamentos	(34)				(34)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado				
	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Reversão de Provisão	(18)				(18)
Atualização Monetária	166	189	5	1.171	1.531
Saldo em 31 de março de 2014	6.983	6.870	8.228	51.237	73.318

(a) O valor de R\$ 7.173 representa o valor depositado em juízo e que foi pago aos empregados da CEB D na forma de participação nos lucros/resultados no exercício de 2007, após decisão judicial favorável (liminar). A CEB D recorreu da decisão e constituiu uma provisão para contingência trabalhista mesmo valor. A provisão para contingência trabalhista era apresentada líquida do valor do ativo. Em dezembro de 2013, a CEB D reverteu à provisão constituída e para o valor do ativo foi constituída uma provisão para perdas prováveis no montante de R\$ 7.173.

(i) Demandas Trabalhistas

Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas extras, adicionais de periculosidade, dano moral, responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados. A atualização das contingências trabalhistas é com base na Taxa Referencial (TR).

(ii) Demandas Cíveis

Ações pleiteando indenização por acidentes com a rede de distribuição de energia elétrica, danos morais, além de discussões quanto à relação de consumo, tais como cobrança e corte indevidos, corte por inadimplência, problemas na rede e questionamentos de valores pagos por consumidores. A atualização das contingências cíveis é com base no INPC.

(iii) Demandas Regulatórias

A CEB D está discutindo nas esferas administrativa e judicial autuações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias. As principais contingências regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização, tais como: ausência de anuência prévia para dação em garantia em empréstimos contraídos pela Companhia e investimentos em consórcio, extrapolação dos limites de DEC/FEC, falta de investimentos no sistema elétrico de distribuição e referente à fiscalização de procedimentos da atividade comercial. A atualização das provisões regulatórias é com base na taxa Selic.

A Administração da CEB D, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

(iv) Demandas Fiscais

As provisões fiscais referem-se a processos da Receita Federal relativos a IRPJ, PIS, COFINS, PER/DCOMP e CSLL. A Companhia emitiu Despacho decisório para a homologação das Declarações de Compensação, sendo também apresentada Manifestação de Inconformidade requerendo que seja reconhecido o direito a compensação dos créditos tributários, na qual foi indeferida pela Receita Federal.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Passivo Contingente

A Companhia e suas Controladas possuem processos de natureza trabalhistas e cíveis e fiscais envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. O montante desses processos, em 31 de março de 2014 é apresentado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Fiscais	21.529	21.529	21.529	21.529
Cíveis	245	245	699	1.933
Trabalhistas	150	150	1.853	584
Total	21.924	21.924	24.081	24.046

(i) Demandas Fiscais

Representam valores referentes às Contribuições Sociais de PIS e COFINS, que foram objeto de compensação com créditos existentes na Receita Federal por recolhimentos realizados a maior, e que, quando da solicitação da compensação através de PER/DCOMP estes não foram homologados pela Receita Federal. Os consultores legais da Companhia vêm buscando reverter a decisão da Receita Federal com a comprovação de que tais cobranças não procedem.

22 DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/12/2013	31/03/2014	31/12/2013
Recursos para Futuro Aumento de Capital (a)	212.000	212.000	212.000	212.000
Consumidores	38		11.067	10.108
Parcelamento de Multa ANEEL			6.907	7.425
Consignações a Favor de Terceiros	56	89	3.842	4.996
Arrendamento			3.685	3.525
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos			1.348	952
Retenção de Quotas RGR			724	724
Cauções e Garantia			668	732
Obrigações com Empresas Ligadas	159	107		
Outras Obrigações	21	19	4.348	4.092
Total	212.274	212.215	244.589	244.554
Circulante	274	215	26.958	26.284
Não Circulante	212.000	212.000	217.631	218.270

(a) Refere-se a adiantamento efetuado pelo controlador, Governo do Distrito Federal, que necessita de aprovação na assembleia de acionistas para que seja incorporado ao capital da Companhia. O valor será incorporado ao capital pelo seu valor histórico.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O Capital autorizado é de R\$ 368.724, conforme art. 7º do Estatuto da Companhia, e o Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 342.056 (R\$ 342.056 em 2013). As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais de ambas as classes não têm direito a voto.

A composição do Capital Social subscrito e integralizado por classe de ações é a seguinte:

Capital Total em Ações	31/03/2014	31/12/2013
Ações Ordinárias	4.576.432	4.576.432
Ações Preferenciais	4.607.026	4.607.026
Classe A	1.313.002	1.313.002
Classe B	3.294.024	3.294.024
Total	9.183.458	9.183.458
Valor Patrimonial por Ação:		
Patrimônio Líquido	235.904	308.344
(-) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(11.969)	(11.969)
Total	223.935	296.375
Quantidade de Ações	9.183.458	9.183.458
Valor Patrimonial por Ação - Em (R\$)	24,38	32,27

(b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Neste grupo estão contabilizados os seguintes eventos:

(i) Custo Atribuído (Deemed Cost)

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial foi constituída em decorrência dos ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, no montante de R\$ 195.191, líquido de efeitos tributários. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. Em 2009 houve venda de terrenos e a reserva foi realizada em R\$ 6.374, líquido dos efeitos tributários.

O efeito decorrente da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009 é demonstrado conforme quadro a seguir:

Terrenos	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.442	1.442
Ajustes por adoção do custo atribuído	295.744	295.744
Saldo em 1º de janeiro de 2009	297.186	297.186
Alienação de Terreno - Exercício de 2009	(11.099)	(11.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2011 – Valor Bruto	286.087	286.087
Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL 34%)	(97.270)	(97.270)
Saldo em 31 de dezembro de 2013, líquido do efeito fiscal	188.817	188.817
Saldo em 31 de março de 2014, líquido do efeito fiscal	188.817	188.817

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Ganhos/Perdas na Variação de Percentual em Participações Societárias

Em dezembro de 2011, foi contabilizado em ajuste de avaliação patrimonial uma perda de capital por diluição de percentual no capital da Controlada em conjunto Energética Corumbá III S.A, o valor desta perda foi de R\$ 847 e foi apurado pelo cálculo da equivalência patrimonial. No Exercício de 2013, ocorreram os seguintes eventos: Em abril de 2013, houve novo aporte de capital pelos acionistas, os quais não foram proporcionais às participações detidas por cada acionista, este fato gerou uma perda de R\$ 31. O outro evento foi a declaração de dividendos destinados a CEB, que em relação ao percentual de participação total sobre o Capital Social da Controlada gerou um ganho de R\$ 47. A perda acumula registrada com a Controlada Energética Corumbá III S.A na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial em 31 de março de 2014 é de R\$ 859.

Em outubro de 2012, os acionistas da coligada Corumbá Concessões S.A se reuniram em assembleia geral extraordinária e aprovaram e formalizaram a opção de compra da totalidade das ações preferência nominativa classe “B” de propriedade do Fundo de Investimento em Participações BRB Corumbá. Após a aquisição, estas ações foram contabilizadas na Coligada na rubrica de Ações em Tesouraria e gerou alteração na estrutura societária da Coligada, desta forma, a participação do Grupo na Coligada passou de 39,07% para 45,57% gerando um ganho na variação de percentual de R\$ 18.623.

(ii) Perdas Atuariais – Plano Assistencial e Previdenciário

A Companhia reconheceu em 1º de janeiro de 2013 perdas atuarial referente aos planos assistencial e previdenciário dos empregados da Controlada CEB D no montante de R\$ 165.240. O valor desta perda foi registrada no patrimônio líquido da Companhia de acordo com as regra estabelecida no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados. Em 31 de dezembro de 2013, o montante da perda atuarial era de R\$ 158.116 e ao final do primeiro trimestre de 2014 após nova avaliação atuarial realizada, o saldo da perda foi reduzido em R\$ 2.091, fechando o trimestre com uma perda de R\$ 156.025.

Em 31 de março de 2014, a composição do saldo da rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” é a seguinte:

	31/03/2014	31/12/2013
Custo atribuído do Ativo Imobilizado	188.817	188.817
Ganho na Variação de Percentual – Corumbá Concessões S.A (ii)	18.623	18.623
Perda de Capital na Diluição de Percentual – Energética Corumbá III S.A	(859)	(859)
Perdas Atuarial - Plano Assistencial	(156.025)	(158.116)
Outras Movimentações - Coligadas	33	33
Total	50.589	48.498

(c) Resultado do exercício

No final do primeiro trimestre de 2014, a Companhia apurou um Prejuízo de R\$ 74.531 (R\$ 32.492 em 31/03/2013).

(d) Reserva de lucros

Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado a cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6404/76, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a reserva legal, somada às

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

reservas de capital, exceder em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

(f) Distribuição de Dividendos

A política de dividendos da entidade consta no Art. 9º do Estatuto vigente, em relação às ações preferenciais classe A:

I - Prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 10% ao ano, calculados proporcionalmente ao que elas representem do capital social integralizado até a data do encerramento do exercício correspondente.

II - Prioridade no reembolso do capital até o valor do patrimônio líquido das ações, em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio.

O Art. 10º apresenta o seguinte texto relacionado aos titulares das ações preferenciais classe B: “[...] gozarão de prioridade no reembolso do capital até o valor do patrimônio líquido das ações, sem prêmio, após o reembolso da classe A, em caso de liquidação da Companhia.”. Ainda, em Parágrafo único, no mesmo artigo “[...] ações preferenciais classe B não tem direito a dividendo fixo ou mínimo.”. Conforme consta no Estatuto Art. 37 parágrafo 1º “Será sempre assegurado às ações preferenciais classe A, [...] o recebimento de dividendos 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias.

24 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis, conforme descrito abaixo, que são as unidades de negócio estratégicas do Grupo. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração do Grupo analisa os relatórios internos periodicamente. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Grupo:

- Distribuição e comercialização de energia elétrica: tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB D;
- Geração de energia – tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio da empresa CEB Geração S/A.;
- Comercialização de energia elétrica – tem como atribuição comercialização energia. Atua por intermédio da CEB Lajeado S.A e CEB Participações S.A.; e
- Outros – Neste segmento estão a Companhia Energética de Brasília S.A - CEB Holding – que tem como atribuição a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a prestação de serviços de manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal e a Companhia Brasiliense de Gás S.A que tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado.

Em 31 de março de 2014, a Receita Operacional Bruta registrada pelo fornecimento de energia elétrica e prestações de serviços com o Governo do Distrito Federal (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias Estado de Governo e demais Órgãos) totalizou R\$ 87.393, representando 15,44% da Receita Operacional Bruta Consolidada (R\$ 74.595 – 13,17% da Receita Operacional Bruta Consolidada em 31/03/2014).

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável para os períodos findos em 31 de março de 2014 e de 2013 estão incluídas abaixo:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Distribuição		Geração		Comercialização		Outros		Eliminações		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	387.510	360.868	5.390	3.636	32.910	28.332	14.571	13.392	(30.162)	(27.817)	410.219	378.411
Energia Elétrica comprada para Revenda	(315.554)	(248.469)			(2.156)	(7.730)			29.966	27.611	(287.745)	(228.588)
Encargos de uso da rede elétrica	(18.442)	(17.669)	(192)	(195)	(2.875)	(3.230)			192	195	(21.317)	(20.899)
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	(333.996)	(266.138)	(192)	(195)	(5.032)	(10.960)			30.158	27.806	(309.062)	(249.487)
Pessoal	(43.109)	(38.474)	(673)	(547)	(623)	(415)	(2.874)	(2.371)			(47.280)	(41.807)
Entidade de Previdência Privada	(1.948)	(1.679)					(5)	(10)			(1.953)	(1.689)
Material	(1.327)	(909)	(25)		(2)	(11)	(1.943)	(13)			(3.297)	(933)
Serviço de Terceiros	(28.481)	(24.639)	(801)	(630)	(1.292)	(1.181)	(10.254)	(7.937)			(40.827)	(34.387)
Depreciação e Amortização	(11.692)	(10.357)	(90)	(89)	(1.650)	(1.652)	(105)	(105)			(13.537)	(12.203)
Provisões	(3.523)	(4.527)		(7)	(86)	(98)	13	(25)			(3.596)	(4.657)
Custo de Construção	(37.766)	(40.983)									(37.766)	(40.983)
Provisão (Reversão) para Devedores Duvidosos	(6.521)	(1.292)									(6.521)	(1.292)
Arrendamento					(10.033)	(9.597)					(10.033)	(9.597)
Outras	(2.624)	(970)	(430)	(294)	(2.737)	(2.138)	(1.008)	(1.005)	4	11	(6.795)	(4.396)
DESPESAS E CUSTOS OPERACIONAIS	(136.992)	(123.830)	(2.018)	(1.567)	(16.423)	(15.092)	(16.176)	(11.466)	4	11	(171.605)	(151.944)
Equivalência Patrimonial					3.114	3.510	(73.206)	(29.505)	77.926	28.981	7.833	2.986
RESULTADO BRUTO	(83.478)	(29.100)	3.179	1.874	14.570	5.790	(74.812)	(27.579)	77.926	28.981	(62.615)	(20.034)
Receita Financeira	7.635	7.845	250	146	1.595	3.213	154	860		(2.863)	9.633	9.201
Despesa Financeira	(12.392)	(12.536)	(9)	(6)	(222)	(2.574)	(20)	(3.867)		2.863	(12.643)	(16.120)
RESULTADO FINANCEIRO	(4.757)	(4.691)	241	140	1.373	639	134	(3.007)			(3.010)	(6.919)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(88.235)	(33.791)	3.420	2.014	15.943	6.429	(74.678)	(30.586)	77.926	28.981	(65.625)	(26.953)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente		(53)	(254)	(159)	(4.514)	(1.725)	(3)	(2.061)			(4.771)	(3.998)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(88.235)	(33.844)	3.166	1.855	11.429	4.704	(74.682)	(32.647)	77.926	28.981	(70.396)	(30.951)
Atribuível ao Acionista Controlador											(74.531)	(32.492)
Atribuível aos Acionistas não Controladores											4.135	1.541

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Receita Operacional Líquida	387.510	360.868	5.390	3.636	32.910	28.332	14.571	13.392			440.381	406.228
Receita entre Segmentos	(196)	(207)			(29.966)	(27.610)					(30.162)	(27.817)
Receitas com Clientes Externos	387.314	360.661	5.390	3.636	2.944	722	14.571	13.392			410.219	378.411

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO**(a) Receita Operacional Líquida**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Fornecimento de Energia Elétrica (*)			449.314	447.429
Receita de Construção			37.766	40.983
Energia de Curto Prazo			42.948	9.302
Receita de Prestação de Serviços	15.416	13.902	15.867	14.449
Suprimento de Energia			9.256	7.135
Arrendamento e Aluguéis			5.763	5.629
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			3.729	5.881
Receita de Venda de Gás			1.130	1.338
Outras Receitas			420	730
Receita Operacional Bruta	15.416	13.902	566.193	532.876
Impostos	(309)	(278)	(94.357)	(94.537)
Contribuições	(1.426)	(1.286)	(51.823)	(48.192)
Encargos do Consumidor			(9.794)	(11.736)
Deduções da Receita Operacional Bruta	(1.735)	(1.564)	(155.974)	(154.465)
Receita Operacional Líquida	13.681	12.338	410.219	378.411

(*) Os ativos financeiros relacionados ao contrato de concessão são remunerados pelo WACC regulatório (custo médio ponderado de capital) e essa remuneração é reconhecida como receita pelo faturamento mensal da tarifa ao consumidor. Em 31 de março de 2014, o valor corresponde a R\$ 56.249 (R\$ 47.509 em 31/03/2013).

A Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012 (convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013) determinou que os recursos relacionados à subvenção de baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. Estes recursos serão repassados pela Eletrobrás e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras. No primeiro trimestre de 2014, foi registrado na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica receita de R\$ 12.752, sendo R\$ 5.699 referentes à subvenção de baixa renda e R\$ 7.052 referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. O saldo a receber foi contabilizado na rubrica Recursos da CDE – Decreto 7.945/2013 (Nota 8).

(b) Custo com Serviço de Energia Elétrica

	Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013
Energia elétrica comprada para revenda	(250.247)	(206.082)
Energia elétrica comprada para revenda - Curto Prazo	(52.878)	(22.507)
Encargos de uso da rede elétrica	(21.317)	(20.899)
Repasse da Conta - ACR Custo de Energia (i)	15.380	
Total	(309.062)	(249.488)

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Decreto nº 8.221 de 2 de abril de 2014

O Governo Federal fundamentado na Lei nº 12.783/2013 publicou em 02 de abril de 2014, o Decreto nº 8.221/2014, que autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a criar e manter a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR para cobrir, total ou parcialmente, os gastos das distribuidoras de energia com exposição involuntária no mercado de curto prazo e custos do despacho termoeletrico, através da contratação de operações de crédito bancário destinadas à cobertura dos custos previstos. A CCEE será a responsável pela gestão da CONTA - ACR.

No trimestre findo em 31 de março de 2014, a Companhia reconheceu como compensação de custos de energia, referente aos valores aportados pela CONTA ACR um total de R\$ 15.380, sendo R\$ 7.904 referente a competência fevereiro de 2014, já homologados pela ANEEL e ressarcidos em 28 de abril de 2014, e R\$ 7.475 baseado em estimativa referente a competência março de 2014. O saldo a receber contabilizado na rubrica Recursos da Conta ACR – Decreto 8221/2014 (Nota 8).

Aporte CDE – Decretos nºs 7891/2013 e 7.945/2013

Devido aos altos custos financeiros ocasionados pelas condições hidroenergéticas desfavoráveis desde o final de 2012, relacionado principalmente aos baixos índices dos reservatórios das usinas hidrelétricas, o governo brasileiro emitiu em 23 de janeiro 2013, o Decreto 7.891, alterado pelo Decreto 7.945 de 7 de março de 2013 com o intuito de neutralizar parte do problema de caixa enfrentado pelas distribuidoras.

Com relação à contratação de energia, o Decreto 7.945 (i) reduziu o prazo mínimo de três para um ano, contado a partir do início do suprimento de energia, de contratos de comercialização de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes e (ii) aumentou o repasse dos custos de aquisição de energia elétrica pelas distribuidoras para os consumidores finais de cento e três para cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

Com relação aos objetivos da CDE, o Decreto alterou os mesmos, e instituiu o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição dos custos relacionados abaixo:

- i. neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição ao mercado de curto prazo das usinas hidrelétricas contratadas em regime de cotas de garantia física de energia e de potência, por insuficiência de geração alocada no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE (Risco Hidrológico);
- ii. neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo das distribuidoras, por insuficiência de lastro contratual em relação à carga realizada, relativa ao montante de reposição não recontratado em função da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica (Exposição Involuntária);
- iii. cobrir o custo adicional relativo ao acionamento de usinas termelétricas fora da ordem de mérito por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE (ESS – Segurança Energética).

No primeiro trimestre de 2014 não houve aportes de recursos da CDE para a CEB D.

Notas Explicativas
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
(c) Custos e Despesas Operacionais por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Pessoal e Administradores	(2.807)	(829)	(47.280)	(41.807)
Serviço de Terceiros	(10.141)	(9.345)	(40.910)	(34.387)
Custo de Construção – concessão (a)			(37.766)	(40.983)
Depreciação e Amortização	(37)	(35)	(13.537)	(12.202)
Arrendamento			(10.033)	(9.597)
(Provisão)/Reversão/Perdas de Devedores Duvidosos			(6.521)	(1.292)
Material	(1.943)	(12)	(3.297)	(933)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos			(2.180)	(1.786)
Entidade de Previdência Privada	(5)	(10)	(1.953)	(1.689)
Taxa de Fiscalização de Serviço Energia Elétrica			(627)	(916)
Outras Despesas	(200)	(57)	(6.939)	(5.841)
Total	(15.133)	(10.288)	(171.043)	(151.433)
Classificados como:				
Custo da Operação			(95.779)	(87.366)
Custo dos Serviços Prestados	(12.983)	(7.294)	(12.797)	(8.083)
Despesas com Vendas			(20.114)	(15.735)
Despesas Gerais e Administrativas	(2.150)	(2.994)	(42.353)	(40.249)

(a) A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é igual a zero, considerando que:

- (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica;
- (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e
- (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura.

Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção e receita de construção.

(d) Outras Receitas / (Despesas) Operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de Provisão de Benefícios Pós Emprego			7.828	6.770
Reversão de Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	18	17	18	1.069
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas			2.378	2.397
Ressarcimento das CCERS			7.126	5.319
Ganho na Baixa de Bens			(11)	(20)
Outras Receitas		61		709
Subtotal	18	78	17.339	16.244
Outras Despesas Operacionais				

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Provisão de Benefícios Pós Emprego			(9.814)	(9.548)
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	(5)		(1.534)	(2.058)
Compensação por Descontinuidade de Energia			(6.212)	(3.983)
Multas ANEEL			(247)	(275)
Outras Despesas		(43)	(94)	(890)
Subtotal	(5)	(43)	(17.901)	(16.754)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	13	35	(562)	(510)

(e) Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Receitas Financeiras				
Juros / Variações Monetárias sobre Ativos	1	4	2.784	3.401
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			2.674	3.082
Rendimentos de Aplicações Financeiras	115	598	1.932	1.576
Multas e Penalidades Aplicadas			1.318	464
Variação Cambial sobre Fatura de Energia Elétrica			843	396
Receita de Dividendos		252		252
Outas Receitas Financeiras	22	1	82	30
Subtotal	138	855	9.633	9.201
Despesas Financeiras				
Juros / Variações Monetárias sobre Passivos	(10)		(6.084)	(4.880)
Encargos de Dívidas		(886)	(5.034)	(6.580)
Atualização de Benefício pós-emprego			(1.041)	(1.321)
Custo de Transação (Empréstimos e Financiamentos)		(2.972)		(2.972)
Outras Despesas Financeiras	(11)	(8)	(484)	(367)
Subtotal	(21)	(3.866)	(12.643)	(16.120)
Resultado Financeiro, Líquido	117	(3.011)	(3.010)	(6.919)

26 LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro por ação básico e diluído, foi calculado com base no lucro do exercício disponível para os acionistas ordinários e preferenciais.

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído:

	31/03/2014	31/03/2013
Prejuízo do Período atribuível aos acionistas da Companhia	(74.531)	(32.492)
Prejuízo alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(37.140)	(16.191)
Prejuízo alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(37.391)	(16.301)
Média ponderada das ações em circulação		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	4.576	4.576
Ações preferenciais – básicas e diluídas	4.607	4.607
Prejuízo por ação – R\$:		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(8,1162)	(3,5383)
Ações preferenciais - básicas e diluídas	(8,1162)	(3,5383)

27 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Controladora final

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal (GDF).

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas, que incluem os membros do conselho de administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Remuneração	200	129	821	552
Demais Benefícios de Curto Prazo	60	145	182	264
Total	260	274	1.003	816

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

(c) Transações com partes relacionadas

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir:

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Operações da Controladora com suas controladas

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Controladora	
		31/03/2014	31/12/2013
Ativo		15.882	15.384
Contas a Receber, líquida da PDD		4.204	3.722
Governo do Distrito Federal	a	4.204	3.722
Demais Ativos		11.678	11.662
Dividendos/JSCP	b	11.540	11.535
CEB Geração S/A		948	948
CEB Lajeado S/A		6.294	6.294
CEB Participações S.A		1.292	1.287
Energética Corumbá III S/A		1.203	1.203
Corumbá Concessões S/A		1.803	1.803
Outras Operações		138	127
CEB Distribuição S/A	c	138	127
Passivo		900	946
Demais Obrigações		900	946
CEB Distribuição S/A	d	741	839
CEB Distribuição S/A	e	159	107

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)	Notas	Controladora	
		31/03/2014	31/03/2013
Receitas		15.416	13.902
Receita de Prestação de Serviços		15.416	13.902
Governo do Distrito Federal	f	15.416	13.902
Despesas		4	897
Despesas Financeiras			886
Juros de empréstimos			886
CEB Lajeado S.A	g		886
Outras Despesas		4	11
Despesa de Locação de Imóvel		4	11
CEB Distribuição S.A	h	4	11

a) Representa valores a receber por serviços prestados de obras e manutenção da rede de Iluminação Pública ao Governo do Distrito Federal. Estes serviços são prestados conforme contratos realizados entre a CEB e o GDF.

b) Representa valores a receber de dividendos declarados e Juros sobre o Capital Próprio sobre o resultado das controladas.

c) Representa valores de repasse de faturas de órgãos públicos que foram creditados em conta corrente da CEB D e que serão repassados através de encontro de contas a CEB.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) A CEB D possui empregados cedidos a Companhia Energética de Brasília – CEB, que efetua mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos da CEB D. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais.

e) Refere-se a valores a pagar de depósito de faturas de órgãos públicos realizado na conta corrente da Companhia Energética de Brasília – CEB e que é repassado através de encontro de contas a CEB D.

f) Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção da rede) prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretárias de Governo e Outros). Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal – GDF e totalização R\$ 15.416 no primeiro trimestre de 2014 e em estudo recente foi apurado que no confronto com os custos/despesas de manutenção e obras estes contratos apresentaram uma margem líquida média de 11,39%.

g) Representa o valor de encargos financeiros sobre repasse de empréstimo realizado pela controlada CEB Lajeado S.A a CEB. Os encargos cobrados sobre este empréstimo era CDI + spread de 0,28 a.m, o empréstimo foi quitado em fevereiro de 2013.

h) Trata-se de contrato de aluguel de salas utilizadas pela Companhia Energética de Brasília – CEB, reajustado anualmente pelo IGP-M com vencimento previsto para 17 de fevereiro de 2014. O foi rescindido em janeiro contrato teve sua última parcela paga em fevereiro referente a competência de Janeiro.

(ii) Operações do Grupo e seus acionistas controladores e coligadas

Transações com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Consolidado	
		31/03/2014	31/12/2013
Ativo		107.129	121.501
Contas a Receber, Líquida da PDD		96.143	110.732
Corumbá Concessões S/A	a	192	196
Energética Corumbá III S/A	a	34	52
Governo do Distrito Federal	b	95.917	110.484
Demais Ativos		10.986	10.769
Dividendos/JSCP	c	10.227	10.227
Corumbá Concessões S/A		1.803	1.803
Energética Corumbá III S/A		1.203	1.203
Investco S/A		7.221	7.221
Outras Operações		759	542
Governo do Distrito Federal	d	759	542
Passivo		402.001	394.242
Fornecedores		185.630	177.871
Corumbá Concessões S/A	e	53.567	53.567
Energética Corumbá III S/A	e	3.032	3.160
Governo do Distrito Federal	f	129.031	121.144
Dividendos		4.371	4.371
Governo do Distrito Federal	g	4.371	4.371
Outras Obrigações		212.000	212.000
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – Governo do Distrito Federal	h	212.000	212.000

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transações com Partes Relacionadas (Resultado)	Notas	Consolidado	
		31/03/2014	31/03/2013
Receitas		88.096	75.740
Receita de Comercialização de Energia	i	703	893
Corumbá Concessões S/A		570	665
Energética Corumbá III S/A		133	228
Receita de Prestação de Serviços e Fornecimento de Energia Elétrica		87.393	74.595
Governo do Distrito Federal	j	87.393	74.595
Receita de Dividendos			252
BSB Energética S.A	k		252
Despesas		41.319	38.264
Energia Comprada para Revenda		41.319	38.264
Corumbá Concessões S/A	l	32.579	30.150
Energética Corumbá III S/A	l	8.740	8.114

a) As empresas Corumbá Concessões S.A e Energética Corumbá S.A são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB D e paga pelo uso do sistema através de tarifas regulamentadas pelo órgão regulador.

b) Trata-se do fornecimento de energia elétrica (CEB D) e serviços de iluminação pública (obras e manutenção da rede) (Companhia Energética de Brasília – CEB) prestado ao Governo do Distrito Federal - GDF. Pelo fornecimento de energia elétrica é cobrada a tarifa homologada pelo órgão regulador para a classe Poder Público e pelos serviços de obras e manutenção da rede de Iluminação Pública a cobrança é feita com base em contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal - GDF. Em 2011 a CEB D firmou contrato de parcelamento de dívidas com a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB no montante de R\$ 28.237 para pagamento em 48 parcelas fixas, atualizados pelo INPC até a data da renegociação e acrescidas de encargos de 1% ao mês. Pelo serviço de iluminação pública os valores são acordados entre as partes mediante contrato de prestação de serviços.

c) Representa valores a receber de dividendos declarados e Juros sobre o Capital Próprio sobre o resultado das coligadas.

d) A CEB D possui empregados cedidos a órgãos do Governo do Distrito Federal. Os órgãos beneficiários efetuam mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos da CEB D. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais.

e) A CEB D tem contratos bilaterais de Suprimento de Energia com as empresas Corumbá Concessões S.A e Energética Corumbá III S.A, com prazos de vigência até 07/07/2015. Os valores das tarifas praticadas em 31/03/2014 para estes contratos são R\$ 198,37 MWh e R\$ 203,98 MWh respectivamente, e são atualizados pelo IGP_M.

f) A Contribuição de Iluminação Pública - CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673 de 27 de dezembro de 2002 para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e devida ao Governo do Distrito federal (GDF). Em 31 de março de 2014 o montante a repassar ao GDF era de R\$ 129.031, atualizado pelo INPC.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição do valor a repassar está apresentado a seguir:

Ano	Valores arrecadados e não repassados	Valores faturados e não arrecadados	Atualização Monetária	Total
2007	804	19	313	1.136
2008	13.212	419	4.418	18.049
2010	12.593	148	3.823	16.564
2013	55.931	191	1.199	57.321
2014	20.992	14.451	518	35.961
Total	103.532	15.228	10.271	129.031

g) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador.

h) Representa o valor dos adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) realizado do Governo do Distrito Federal – GDF, para aportes no capital da Companhia Energética de Brasília – CEB.

i) A empresa Corumbá Concessões S/A e Energética Corumbá III são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB D e paga pelo uso do sistema através de tarifas regulamentadas pelo órgão regulador.

j) Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção da rede) e do fornecimento de energia elétrica ao Governo do Distrito Federal – GDF. O serviço de fornecimento de energia elétrica apresenta um montante de R\$ 71.977 e é cobrado de acordo a tarifa homologada pelo órgão regulador – ANEEL. Para os serviços de obras e manutenção da rede de Iluminação Pública os valores são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo de Distrito Federal – GDF. Estes serviços totalizam R\$ 15.416 e em estudo recente foi apurado que no confronto com os custos/despesas de manutenção e obras estes contratos apresentam uma margem líquida média de 11,39%.

k) Representa a receita de dividendo recebido pela CEB pelo investimento em participação societária na empresa BSB Energética S.A.

l) A CEB D tem contratos bilaterais de Suprimento de Energia com as empresas Corumbá Concessões S.A e Energética Corumbá III S.A, com prazos de vigência até 07/07/2015. Os valores das tarifas praticadas em 31/03/2014 para estes contratos são R\$ 198,37 MWh e R\$ 203,98 MWh respectivamente, e são atualizados pelo IGP_M.

(iii) Operações com a FACEB

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da FACEB - Fundação de Previdência dos Empregados da CEB. Vide detalhes das transações na Nota 20.

(d) Acordo de Cooperação Técnica

Em outubro de 2012, a Diretoria da CEB D, por meio da Resolução nº 378 autorizou a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal - SEPLAN, órgão que administra o parque tecnológico do Governo do Distrito Federal - GDF, a fim de migrar os serviços de processamento e armazenamento de dados da Companhia para o Data Center da SEPLAN. O referido Acordo prevê ainda, a utilização pela SEPLAN, dos dutos da CEB D para fazer o cabeamento de fibra ótica, sem custos para ambos, apenas troca de benefícios.

Notas Explicativas



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 SEGUROS

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, ferramentas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas à UPA – Usina Hidrelétrica do Paranoá e aos prédios administrativos, operacionais, laboratórios e subestações de distribuição – componentes do Ativo Imobilizado da CEB Geração S.A. e da CEB D, conforme os critérios de riscos constantes de relatório técnico – estão cobertos, até 30 de dezembro de 2014 (CEB D) e de 1 de fevereiro de 2014 até 1 de fevereiro de 2015 (CEB Geração S.A), por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 918 com um total segurado de R\$ 371.409.

Os bens das Usinas Luís Eduardo Magalhães, Queimado, Corumbá III e Corumbá IV também estão devidamente segurados.

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2014	31/03/2013	31/03/2014	31/03/2013
Resultado antes do Impostos de Renda e da Contribuição Social	(74.528)	(30.431)	(65.625)	(26.953)
Ajustes ao Prejuízo do Período				
Depreciação e Amortização	37	35	13.537	12.202
Resultado de Equivalência Patrimonial	73.206	29.505	(7.833)	(2.986)
Perda na Alienação de Imobilizado e Intangível			11	20
Provisão para Devedores Duvidosos			6.521	1.292
Encargos da Dívida		886	5.222	7.085
Ajuste a Valor Presente			4	5
Custo da Transação com Empréstimos		2.974		2.927
Provisões/Reversões de Riscos Trabalhista, Cível e Fiscais	(8)		1.520	998
Outras		(2)		(1)
	73.235	33.398	18.982	21.542
(Acréscimos)/Decréscimos nos Ativos Operacionais				
Aplicações Financeiras				9.223
Contas a Receber	(482)	(4.671)	55.666	55.271
Estoques	1.932	(5)	2.546	(643)
Depósitos e Bloqueios Judiciais	(122)		(2.463)	(1.729)
Tributos e Contribuições Compensáveis	(20)	955	(6.229)	(1.154)
Demais Créditos	(1.451)		(36.528)	(12.906)
	(143)	(3.721)	12.992	48.062
Acréscimos/(Decréscimos) nos Passivos Operacionais				
Fornecedores	(1.777)	1.772	43.399	16.080
Obrigações Tributárias	(168)	(2.968)	28.527	(24.113)
Contribuição de Iluminação Pública			7.887	20.422
Encargos Regulatórios			7.420	(10.732)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	75	74	(34)	303
Benefícios Pós Emprego			(2.633)	(3.809)
Demais Obrigações	59	136	35	(9.595)
Outras Variações Ativas e Passivas	(547)		(3.675)	(14.373)
	(2.358)	(986)	80.926	(25.817)
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais				
Recebimento de Dividendos/Juros s/ Capital Próprio		1.403		
Pagamento de Imposto Renda e Contribuição Social			(9.027)	(5.920)
Pagamento de Encargos da Dívida		(1.534)	(5.180)	(8.051)
Pagamento de Riscos Trabalhista, Cível e Fiscais	(34)		(34)	
	(34)	(131)	(14.241)	(13.971)
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades Operacionais	(3.828)	(1.871)	33.034	2.863

Notas Explicativas**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Brasília, 01 de agosto de 2014.

RUBEM FONSECA FILHO
Diretor-Presidente

CAUBI PEREIRA DE SANTANA
Diretor Técnico

SETEMBRINO DE MENEZES FILHO
Diretor de Geração e Negócios

MARCELO GOMES DE ALENCAR
Diretor Administrativo-Financeiro e de
Relações com Investidores

THIAGO CAVALCANTE SANTOS
Contador
CRC – DF 022977/0

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Companhia Energética de Brasília S.A.

Brasília – DF

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Brasília S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente, às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Conforme nota explicativa nº15, a Controlada CEB Distribuição S.A, possui registrado na rubrica de fornecedores o montante de R\$392.052 mil, dos quais R\$ 39.269 mil, oriundos de fornecimento de materiais e serviços, encontram-se em fase de conciliação pela Administração e, até a conclusão de nossa revisão, não havia sido finalizada. Como consequência, em função do atual estágio em que se encontra essa conciliação, encontramos-nos impossibilitados de concluir sobre a adequação do saldo de fornecedores, bem como avaliar os possíveis impactos no resultado e seus efeitos tributários, decorrentes deste tema, em 31 de março de 2014.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos das limitações de escopo descritas no parágrafo "Base para conclusão com ressalva" não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos das limitações de escopo descritas no parágrafo "Base para conclusão com ressalva" não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Ênfases

Chamamos a atenção para o fato de que a controlada direta CEB Distribuição S.A. apresenta um histórico de deficiência de capital de giro e de baixa ou negativa rentabilidade. Adicionalmente, em razão das características inerentes à sua atividade operacional e por exigência dos órgãos concedente e regulador, existe a necessidade de constantes e relevantes investimentos para manutenção e desenvolvimento das suas atividades. Esses fatos indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos da Administração para manutenção das atividades estão descritos na Nota Explicativa nº 1.8. Adicionalmente, essa controlada direta CEB Distribuição S.A., efetua a cobrança na fatura de consumo de energia elétrica da contribuição de iluminação pública- CIP, no entanto, não vem repassando os valores representativos da contribuição de iluminação pública, para o Governo do Distrito Federal. As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Nossa revisão não contém modificação relacionada a esse assunto.

A controlada Companhia Brasileira de Gás – CEBGAS, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2.a, entrou em operação em 8 de novembro de 2007, por meio do suprimento de gás natural liquefeito, proveniente da cidade de Paulínia, no Estado de São Paulo, para o Distrito Federal, e a sua distribuição a partir de contratos de compra e venda a seus distribuidores no Brasil. Para que essa operação seja similar à de outras empresas distribuidoras de gás canalizado no Brasil, faz-se necessária a viabilização de um suprimento adequado às necessidades do Distrito Federal por meio de um gasoduto de transporte de gás natural. Enquanto persistir essa situação, a CEBGAS continuará a depender de suporte financeiro a ser obtido com seus acionistas ou com terceiros. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional dessa controlada. As demonstrações contábeis dessa controlada, utilizadas para apuração da equivalência patrimonial e no processo de consolidação, não incluem quaisquer ajustes que poderiam ser requeridos no caso dessa controlada não conseguir tornar suas atividades similares à de outras empresas distribuidoras de gás canalizado no Brasil. Nossa revisão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 6.d, os faturamentos correspondentes ao fornecimento de energia elétrica a certas entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, não foram liquidados financeiramente e estão registrados na rubrica “Contas a receber”, cujo saldo, em 31 de março de 2014, totaliza R\$95.917 mil. A Administração, com base no atual estágio do processo de cobrança e negociação dos referidos créditos, principalmente perante o seu controlador, o Governo do Distrito Federal, considera não necessária a constituição de provisão para perdas. Em 01 de agosto de 2014, a Administração recebeu ofício conjunto do Governo do Distrito Federal (GDF), solicitando a instrução de Processo Administrativo demonstrando os valores a receber junto ao Governo, para que possam efetuar a análise do pleito de reconhecimento dos débitos, e posterior negociação. A realização desses créditos depende do sucesso dos processos de cobrança e negociações que estão em andamento, bem como esses mencionados créditos podem ser liquidados por valores diferentes daqueles que estão registrados. Nossa revisão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para o fato descrito na nota explicativa nº 18 a), a Controlada direta CEB Distribuição S.A., possui registrado no passivo não circulante o montante de R\$100.257 mil, referente aos montantes a serem ressarcidos aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. No exercício de 2013, a Administração da Companhia desenvolveu estudo jurídico interno que concluiu sobre a prescrição de tais valores, no entanto, o parecer jurídico orientou consulta prévia ao órgão regulador (ANEEL) antes que fosse procedida a baixa contábil. A Administração formalizou a consulta prévia ao órgão regulador que, até a conclusão de nossa revisão, não havia se manifestado sobre o assunto. Como consequência, não é possível assegurar se tais passivos serão exigidos pelos valores apresentados nas demonstrações contábeis em 31 de março de 2014. Nossa revisão não possui modificação relacionada a este assunto.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial e consolidação proporcional, respectivamente, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa revisão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos e quanto aos possíveis efeitos descritas no parágrafo “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013 e 31 de março de 2013, utilizadas para fins de comparação foram auditadas/revisadas por outros auditores independentes, contendo ressalva quanto à ausência de conciliação dos fornecedores e ênfases quanto aos seguintes assuntos: i) créditos junto ao Governo do Distrito Federal, vencidos há longa data, ii) Não repasse da contribuição da iluminação pública ao Governo do Distrito Federal; iii) pelo histórico de deficiência no capital de giro da Controlada CEB Distribuição S.A.; iv) Risco de continuidade da controlada Companhia Brasileira de Gás- CEBGÁS; e pela reapresentação dos valores conforme CPC 33.

Brasília, 01 de agosto de 2014.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/O-1 – S – DF

Alfredo Ferreira Marques Filho José Santiago da Luz

Contador CRC 1 SP 154954/O-3 – S – DF Contador CRC 1 SP 115785/O-9- S - DF

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Energética de Brasília – CEB, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede no Setor de Indústria e Abastecimento, Área de Serviços Públicos, Lote C, S I A, Brasília, inscrita no CNPJ sob nº. 00.070.698/0001-11, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às informações financeiras da CEB referentes ao 1º trimestre de 2014, encerrado em 31 de março de 2014; e,

(II) reviram, discutiram e concordam com as informações financeiras da CEB relativas ao 1º trimestre de 2014, encerrado em 31 de março de 2014.

Brasília, 01 de agosto de 2014.

RUBEM FONSECA FILHO

Diretor-Presidente

CAUBI PEREIRA DE SANTANA

Diretor Técnico

SETEMBRINO DE MENEZES FILHO

Diretor de Geração e Negócios

MARCELO GOMES DE ALENCAR

Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores